

**UNIVERSIDADE VILA VELHA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E CIDADE**

**COMUNIDADES PESQUEIRAS TRADICIONAIS E AS RELAÇÕES DO
TERRITÓRIO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA:
AGENTES SOCIAIS, CONFLITOS E REPRESENTAÇÕES NA COMUNIDADE DA
PRAINHA DE VILA VELHA – ES**

MARIANA MENINI MOREIRA

**VILA VELHA - ES
2022**

UNIVERSIDADE VILA VELHA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E CIDADE

**COMUNIDADES PESQUEIRAS TRADICIONAIS E AS RELAÇÕES DO
TERRITÓRIO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA:
AGENTES SOCIAIS, CONFLITOS E REPRESENTAÇÕES NA COMUNIDADE DA
PRAINHA DE VILA VELHA – ES**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Cidade para obtenção do grau de Mestra em Arquitetura e Cidade.

MARIANA MENINI MOREIRA

VILA VELHA - ES
2022

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

M835c Moreira, Mariana Menini.
 Comunidades pesqueiras tradicionais e as relações do
 território na cidade contemporânea : agentes sociais, conflitos e
 representações na comunidade da Prainha de Vila Velha – ES /
 Mariana Menini Moreira. – 2022.
 103 f. : il.

 Orientador: Giovanilton André Carretta Ferreira.
 Dissertação (Mestrado em Arquitetura e cidade)
 Universidade de Vila Velha, 2022.
 Inclui bibliografias.

 1. Arquitetura. 2. Urbanização. 3. Pesca artesanal.
 I. Ferreira, Giovanilton André Carretta. II. Universidade Vila
 Velha. III. Título.

CDD 720

MARIANA MENINI MOREIRA

**COMUNIDADES PESQUEIRAS TRADICIONAIS E AS RELAÇÕES DO
TERRITÓRIO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA:
AGENTES SOCIAIS, CONFLITOS E REPRESENTAÇÕES NA COMUNIDADE DA
PRAINHA DE VILA VELHA – ES**

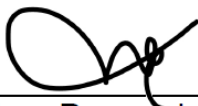
Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Cidade para obtenção do grau de Mestra em Arquitetura e Cidade.

Aprovado em 25 de fevereiro de 2022.

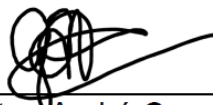
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Renan Lubanco Assis (UENF)



Prof.ª Dr.ª Melissa Ramos da Silva Oliveira (UVV)



Prof. Dr. Giovanilton André Carretta Ferreira (UVV)
Orientador

A presente pesquisa foi realizada com o apoio do Programa de Suporte à Pós-Graduação do Projeto Redes de Cidadania, fomentado através do convênio entre a Petrobras S/A e a Universidade Vila Velha (UVV).

Aos meus pais e à minha querida irmã, sem os quais eu nada seria.

Vocês são a razão de tudo.

AGRADECIMENTOS

À Deus, em quem deposito todos os meus sonhos, por ter me sustentado nos momentos mais difíceis e me permitir, mais uma vez, vencer uma nova etapa.

Ao Programa de Suporte à Pós-Graduação, convênio entre a Petrobras S/A e a Universidade Vila Velha (UVV), pelo suporte financeiro que possibilitou a realização desta pesquisa através do Projeto Redes de Cidadania.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Giovanilton André Carretta Ferreira, gratidão por compartilhar seus conhecimentos, pela paciência e pela disponibilidade em auxiliar sempre que preciso.

À Prof^a. Dr^a. Melissa Ramos da Silva Oliveira, gratidão pela disponibilidade em compartilhar seus conhecimentos, não só neste trabalho, mas durante todo o mestrado, e pela gentileza e atenção de sempre.

Ao Prof. Dr. Renan Lubanco Assis, gratidão por compartilhar sua experiência no Projeto Redes de Cidadania e pelas contribuições acadêmicas através do seu olhar social sobre o tema desta dissertação.

Aos demais mestres que compartilharam seus conhecimentos com a maior gentileza deste mundo: minha eterna gratidão por suas contribuições até aqui, pois sem vocês esta conquista também não seria possível.

À minha família, sem a qual eu nada seria: gratidão por tudo o que são e fazem por mim. Vocês são a razão pela qual eu tenho a certeza de que vale a pena lutar todos os dias para realizar os meus maiores sonhos.

Aos amigos de curso, em especial ao Iago e à Natália, por compartilharem desta jornada comigo sempre com leveza e alegria, mesmo em meio às dificuldades.

Aos amigos de vida, especialmente à Juana e Evelyn, agradeço por todo o apoio, por compreenderem minhas ausências durante esse período e por tornarem tudo mais leve sempre que estamos juntos.

Por fim, agradeço mais uma vez – e sempre – à Deus por me abençoar tanto.

RESUMO

MOREIRA, Mariana Menini, M.Sc., Universidade Vila Velha – ES, fevereiro de 2022. **Comunidades pesqueiras tradicionais e as relações do território na cidade contemporânea: agentes sociais, conflitos e representações na comunidade da Prainha de Vila Velha – ES.** Orientador: Giovanilton André Carretta Ferreira.

As transformações urbanas nas cidades contemporâneas, norteadas pela atuação de agentes socioecômicos representados fortemente por empresas e instituições de grande poder que atuam de maneira competitiva e, por vezes, predatória, são constituídas a partir de um emaranhado de conflitos que agem constantemente nas dinâmicas territoriais e, conseqüentemente, sobre as relações das chamadas comunidades tradicionais. Historicamente, tais comunidades são reconhecidas por exercer uma territorialidade fluida, pautada em conceitos simbólicos de identificação e apropriação do espaço mas que, para além dos conflitos internos, tem que lidar com a pressão de agentes externos que interferem em suas dinâmicas territoriais a partir de conflitos de interesses. Como exemplo destas comunidades, pode-se reconhecer as comunidades de pesca artesanal, grupos que praticam o exercício de uma territorialidade majoritariamente autêntica, desenvolvida a partir da construção de relações territoriais, sociais, econômicas e ambientais norteadas especialmente por suas dinâmicas tradicionais de ocupação. Local de início da colonização portuguesa no estado do Espírito Santo, a Prainha de Vila Velha - caracterizada por sua forte relação com as águas e pela presença de elementos da Paisagem Cultural capixaba - passou ao longo dos séculos por diversas intervenções urbanas que descaracterizaram sua paisagem natural e seu território. Contudo, estas intervenções alteraram não somente o espaço construído, mas também as dinâmicas relacionadas às comunidades que ali desenvolvem suas atividades cotidianas, particularmente à comunidade tradicional de pesca artesanal. Diante deste cenário, busca-se analisar as relações do território, os agentes sociais, relações e representações, bem como os processos de transformações territoriais e seus reflexos sobre as comunidades tradicionais de pesca artesanal inseridas em contextos urbano-metropolitanos. Para tanto, a metodologia aborda, inicialmente, a pesquisa de referenciais bibliográficos relacionados ao território e às territorialidades como forma de desenvolvimento do embasamento teórico inicial adequado para o desenvolvimento da pesquisa. Após, serão identificados e analisados os processos que construíram e modificaram historicamente o cenário urbano da Prainha, especialmente a partir do século XX, bem como os projetos de revitalização propostos para a área, a fim de identificar e compreender como estes refletem sobre a realidade territorial, social, ambiental e cultural da área e da sua comunidade de pesca. Espera-se que este estudo fomente a discussão acerca dos conflitos enfrentados pelas comunidades de pesca artesanal, auxiliando a preencher as lacunas identificadas acerca dos estudos que analisam a forma como os processos de urbanização afetam as comunidades pesqueiras artesanais e a manutenção de suas atividades tradicionais e seu modo de vida.

Palavras-Chave: Comunidades pesqueiras. Pesca artesanal. Desenvolvimento urbano. Território. Conflitos territoriais.

ABSTRACT

MOREIRA, Mariana Menini, M.Sc., Vila Velha University – ES, February 2022.
Traditional fishing communities and territorial relations in the contemporary city: social agents, conflicts and representations in the community of Prainha de Vila Velha – ES. Advisor: Giovanilton André Carretta Ferreira.

Urban transformations in contemporary cities, guided by the action of socio-economic agents strongly represented by companies and institutions of great power that act in a competitive and, sometimes, predatory way, are constituted from a tangle of conflicts that constantly act on the territorial dynamics and, consequently, on the relationships of the so-called traditional communities. Historically, such communities are recognized for exercising fluid territoriality, based on symbolic concepts of identification and appropriation of space, but which, in addition to internal conflicts, have to deal with the pressure of external agents that interfere in their territorial dynamics from interests conflicts. As an example of these communities, artisanal fishing communities can be recognized, groups that practice the exercise of mostly authentic territoriality, developed from the construction of territorial, social, economic and environmental relations guided especially by their traditional dynamics of occupation. Place of the beginning of Portuguese colonization in Espírito Santo state, Prainha de Vila Velha - characterized by its strong relationship with the sea and the presence of elements of the Cultural Landscape of Espírito Santo - has undergone several urban interventions over the centuries that have de-characterized its natural landscape and its territory. However, these interventions changed not only the built space but also the dynamics related to the communities that carry out their daily activities there, particularly the traditional artisanal fishing community. In this scenario, this study seeks to analyze the territorial relations, the social agents, relationships and representations, as well as the processes of territorial transformations and their reflexes on the traditional artisanal fishing communities inserted in urban-metropolitan contexts. Therefore, the methodology initially approaches the research of bibliographic references related to the territory and territorialities as a way of developing the adequate initial theoretical basis for the development of the research. Afterward, the processes that historically built and modified the urban scenario of Prainha will be identified and analyzed, especially from the 20th century, as well as the revitalization projects proposed for the area, in order to identify and understand how they reflect on the territorial reality, social, environmental and cultural aspects of the area and its fishing community. It is hoped that this study encourages the discussion about the conflicts faced by artisanal fishing communities, helping to fill the gaps identified in studies that analyze how urbanization processes affect artisanal fishing communities and the maintenance of their traditional activities and your way of life.

Keywords: Fishing communities. Artisanal fishing. Urban Development. Territory. Territorial conflicts.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Principais Eixos e Conexões, Prainha de Vila Velha.	53
Figura 2. Igreja de Nossa Senhora do Rosário.	54
Figura 3. Gruta do Frei Pedro Palácios.	54
Figura 4. Convento de Nossa Senhora da Penha.	55
Figura 5. Prainha antes dos aterros.	55
Figura 6. Prainha por volta da década de 1910.	57
Figura 7. Avenida Beira Mar, Prainha de Vila Velha, por volta de 1920.	58
Figura 8. Prainha na década de 1950. Ao fundo, à direita, a construção da sede da EAMES.	59
Figura 9. Antigo Matadouro Municipal de Vila Velha, ES. Década de 1950.	59
Figura 10. Prainha e o segundo grande aterro, década de 1970.	60
Figura 11. Parque da Prainha na década de 1990, após o primeiro projeto implementado.	62
Figura 12. Missa de Encerramento da Festa da Penha, 2019.	63
Figura 13. Parque da Prainha, 2018.	65
Figura 14. Parque da Prainha, 2022.	66
Figura 15. Colônia de pescadores na praia de Inhoá, antes dos aterros.	67
Figura 16. Vista da Baía de Vitória a partir da localidade da comunidade de pesca da Prainha, Vila Velha, ES.	69
Figura 17. COOPEVES, Prainha, Vila Velha, ES.	70
Figura 18. Mercado de peixes no Parque da Prainha, Vila Velha, ES.	70
Figura 19. Área de desembarque, Prainha de Vila Velha, ES. Ao fundo, município de Vitória.	75
Figura 20. Infraestrutura de apoio à pesca, Prainha de Vila Velha, ES.	75
Figura 21. Sanitário de apoio à área de pesca, Prainha de Vila Velha, ES.	76
Figura 22. Embarcações ancoradas, Prainha, Vila Velha, ES.	77
Figura 23. Projeto para o Parque da Prainha – Feu Arquitetura. 2007.	89
Figura 24. Projeto para o Parque da Prainha – Feu Arquitetura. 2007.	89
Figura 25. Projeto “Uma Vila Moderna”, autoria de Sandro Pretti. 2009-2012.	91
Figura 26. Projeto “Uma Vila Moderna”, autoria de Sandro Pretti. 2009-2012.	92

Figura 27. Projeto de Revitalização para o Parque da Prainha, autoria de Sandro Pretti. 2013.	92
Figura 28. Marina e Pavilhão do Mar, ao fundo. Projeto de Revitalização para o Parque da Prainha, autoria de Sandro Pretti. 2013.	93
Figura 29. Projeto de Revitalização para o Parque da Prainha, autoria de Lindgren Arquitetos Associados. 2013.	94
Figura 30. Em destaque, Edifício Principal e Roda Gigante. Projeto de Revitalização para o Parque da Prainha, autoria de Lindgren Arquitetos Associados. 2013.	95
Figura 31. “Marquise”. Projeto de Revitalização para o Parque da Prainha, autoria de Lindgren Arquitetos Associados. 2013.	95
Figura 32. Projeto de Revitalização para o Parque da Prainha, autoria de Lindgren Arquitetos Associados. 2013.	96

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Mapa de Localização da Área de Estudo, Vila Velha, ES.	52
Mapa 2. Mapa síntese dos aterros realizados na Prainha, Vila Velha, ES.....	61
Mapa 3. Mapa da área de ocupação da Comunidade de Pesca da Prainha e sua infraestrutura de apoio, Vila Velha, ES.....	68
Mapa 4. Mapa esquemático das áreas de ocupação e deslocamentos da Comunidade de Pesca da Prainha, Vila Velha, ES.	74
Mapa 5. Mapa de Zoneamento da Prainha de Vila Velha (1990).....	79
Mapa 6. Mapa de Zoneamento da Prainha de Vila Velha (2007).....	81
Mapa 7. Mapa de Zoneamento da Prainha de Vila Velha (2018).....	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Lei nº 11.959, de 29 de Junho de 2009.....	43
Quadro 2. Tabela de “problemas e causas” relacionados à atividade pesqueira tradicional no Espírito Santo.....	46
Quadro 3. Síntese dos zoneamentos previstos para a área da Prainha de Vila Velha de acordo com os Planos Municipais.	87

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APEVIL: Associação de Pescadores de Vila Velha

APP: Área de Proteção Permanente

ASEVILA: Associação de Empresários de Vila Velha

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

COOPEVES: Cooperativa de Pesca de Vila Velha

EAMES: Escola de Aprendizes de Marinheiros do Espírito Santo

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IEMA: Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

IJSN: Instituto Jones dos Santos Neves

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PDM: Plano Diretor Municipal

PDU: Plano Diretor Urbano

PDMVV: Plano Diretor Municipal de Vila Velha

PDSVV: Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha

PCAP: Plano de Compensação da Atividade Pesqueira

PEA: Projeto de Educação Ambiental

SETUR-ES: Secretaria de Turismo do Espírito Santo

ZEIA: Zonas de Especial Interesse Ambiental

ZEIC: Zonas de Especial Interesse Cultural

ZEIP: Zonas de Especial Interesse Público

ZIA: Zona de Interesse Ambiental

ZPAC: Zonas de Proteção Ambiental e Cultural

ZR: Zona Residencial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA.....	17
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA	21
1.3	OBJETIVOS	22
1.4	JUSTIFICATIVA	22
1.5	METODOLOGIA.....	24
2	OS TERRITÓRIOS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: AGENTES SOCIAIS E SUAS RELAÇÕES COM AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS	27
2.1	INTERVENÇÕES E TRANSFORMAÇÕES NO TERRITÓRIO URBANO CONTEMPORÂNEO: A CONSTRUÇÃO DAS CIDADES A PARTIR DO EXERCÍCIO DAS DIFERENTES TERRITORIALIDADES	27
2.2	TIPOS DE TERRITÓRIO E SUAS REPRESENTAÇÕES: OS AGENTES SOCIAIS E SUAS INFLUÊNCIAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANIZADO.....	31
2.3	CIDADE EMPRESARIAL: A CRIAÇÃO DE ÁREAS DE CONFLITO TERRITORIAL COMO CONSEQUÊNCIA DA ESPETACULARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	34
3	O(S) TERRITÓRIO(S) DAS COMUNIDADES DE PESCA ARTESANAL: REPRESENTAÇÕES E RELAÇÕES	42
3.1	COMUNIDADES TRADICIONAIS DE PESCA ARTESANAL EM TERRITÓRIO URBANO-METROPOLITANO: CONTEXTUALIZAÇÃO E REPRESENTAÇÕES.....	42
3.2	A CONSTRUÇÃO DO(S) TERRITÓRIO(S) DA PRAINHA DE VILA VELHA: BREVE HISTÓRICO	51
3.3	COMUNIDADE DE PESCA ARTESANAL DA PRAINHA: CARACTERIZAÇÃO, IDENTIDADE E RELAÇÕES.....	61
4	PRAINHA DE VILA VELHA: RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA, IDENTIDADE E O DESENVOLVIMENTO URBANO	78

4.1 O PLANO DIRETOR MUNICIPAL E A CONSTRUÇÃO DA “PRAINHA DE VILA VELHA”: INSTRUMENTOS LEGAIS DE AMPARO AO LOCAL HISTÓRICO E SEUS ASPECTOS SIMBÓLICOS.....	78
4.2 O “TERRITÓRIO DAS REPRESENTAÇÕES” NA LÓGICA DA CIDADE EMPRESARIAL: APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS PROJETUAIS PARA REVITALIZAÇÃO DA PRAINHA DE VILA VELHA.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS.....	101

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

A cidade como objeto de estudo é marcada por diversas modificações que constroem seu cenário ao longo dos anos. O cenário urbano, elemento dinâmico e ativo, se apresenta naturalmente como palco de inúmeras intervenções impulsionadas por agentes diversos, que constantemente atuam sobre o espaço natural e construído, promovendo transformações. Santos M. et al. (2007) conceituam o território como local fundamental para o trabalho, habitação, realização de trocas materiais e espirituais e, de forma mais abrangente, do próprio exercício da vida. Neste sentido, os habitantes e as comunidades que compõem as cidades representam agentes que tecem inúmeras relações com o espaço e, conseqüentemente, contribuem para a construção deste cenário.

Os processos de planejamento e projetos de ordenamento territorial, elementos que visam o desenvolvimento urbano e promovem transformações socioespaciais, devem, de modo geral, considerar os diversos fatores que podem ser influenciados pela alteração do cenário urbano. Desta forma, compreender como se estrutura e organiza o território, dar visibilidade e voz aos cidadãos e promover a participação coletiva devem ser considerados como alguns dos princípios norteadores básicos do planejamento urbano, a fim de promover um desenvolvimento responsável e equilibrado.

Contudo, atualmente, o meio urbano se caracteriza cada vez mais como espaço alvo de interesses específicos, fortemente marcados por fatores provindos da globalização capitalista. Neste sentido, o território como resultado de ações, passa a ser construído e modificado de acordo com demandas individualistas, que a todo momento buscam se sobrepôr sobre o coletivo e impor suas especificidades. Indo além, ao contrário do que ocorria anteriormente, onde o território guiava as relações do capital, atualmente, a lógica espacial passa a se caracterizar a partir da ação do dinheiro, onde este se tornou o elemento que rege as ações a serem realizadas no território (FUINI, 2015).

Este panorama confronta as chamadas sociedades primitivas ou tradicionais, as quais praticam uma territorialidade genuína, resultante de uma apropriação que ocorreu naturalmente e de maneira fluída com o espaço. Essa forma de ocupação se

dá através de conceitos de valores e identidade, se desenvolvendo de modo intrínseco ao território, a partir do senso de pertencimento. Os efeitos da globalização e do capital sobre o território, citados anteriormente, prejudicam a existência de tais comunidades, exercendo relações de domínio e poder sobre estas e enfraquecendo seus vínculos com sua área de ocupação original (SANTOS, M., 2000). Neste estudo, a comunidade de pesca artesanal da Prainha, localizada na cidade de Vila Velha na Região Metropolitana da Grande Vitória será abordada como uma sociedade tradicional, que pratica a ocupação do território a partir de processos históricos de identificação e apropriação.

O IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, define o conceito de Paisagem Cultural como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009). Neste sentido, entende-se que parcelas do território de valor histórico-ambiental municipal, estadual ou nacional, que possuem elementos peculiares e únicos, que agregam identidade à um local e sua comunidade, caracterizam-se como áreas de Paisagem Cultural. Nelas, estão inseridos tanto elementos materiais quanto imateriais, físicos ou simbólicos, como por exemplo as edificações históricas, festas e manifestações populares, paisagens naturais, comunidades tradicionais, entre outros, como citado abaixo.

“São exemplos da Paisagem Cultural as relações entre o sertanejo e a caatinga, o candango e o cerrado, o boiadeiro e o pantanal, o gaúcho e os pampas, **o pescador e os contextos navais tradicionais**, o seringueiro e a floresta amazônica, por exemplo. Como estes, outros tantos personagens e lugares formam o painel das riquezas culturais brasileiras, destacando a relação exemplar entre homem e natureza.” (IPHAN, 2009, p.13).

Neste sentido, entender as comunidades tradicionais, dentre elas as comunidades de pesca artesanal como parte da Paisagem Cultural de suas áreas de consolidação, colabora com o desenvolvimento de uma gestão urbana articulada à preservação do patrimônio histórico e cultural em locais que abrigam tradições de valor simbólico. Neste sentido, é necessário compreender os elementos intrínsecos

de cada local, para que todos os elementos de importância cultural, social, ambiental e econômica, por exemplo, possam também ser considerados no planejamento urbano e incluam também as comunidades que tecem relações com tais espaços. Esta ação pode auxiliar a combater a falta de articulação das gestões urbanas relacionadas à proteção e preservação do patrimônio em áreas de Sítio Histórico, sendo estes caracterizados de maneira recorrente como espaços que são alvos apenas do interesse turístico e de exploração econômica, aspectos que podem levar à gentrificação, isolamento e desconsideração das comunidades que habitam e fazem parte do cotidiano de tal lugar.

As transformações e as representações urbanas, por diversas vezes, seguiram e seguem princípios ditos da economia internacional (FUINI, 2015), onde o território, pertencente ao estado, segue princípios de ordenamento globalizadores, de ordem mais abrangente que a do próprio interesse estatal e nacional. Estes princípios representam em parte a existência de constantes conflitos entre o Estado e o Mercado, de modo que o Estado, por diversas vezes, mesmo buscando atender e modificar o território à sua imagem e interesses, não consegue obter a força necessária para exercer competitividade e aplicar suas demandas em contrapartida às políticas das empresas e do mercado (SANTOS, M., 1996). Neste sentido, os efeitos da globalização e do capital, citados anteriormente, prejudicam a existência de tais comunidades, exercendo relações de domínio e poder sobre estas e enfraquecendo seus vínculos com sua área de ocupação original, podendo, conseqüentemente, descaracterizar tais territórios. (SANTOS, M., 2000).

De modo geral, transformações urbanas que não se adaptam à realidade existente nas áreas de intervenção, podem acabar gerando conflitos territoriais, movidos por agentes e interesses diversos que, em grande parte, se apresentam como elementos que pressionam constantemente e de forma negativa as comunidades pesqueiras. Dessa forma, tais comunidades caracterizam-se na atualidade como grupos que lutam constantemente por sua preservação e sobrevivência e pela manutenção da atividade pesqueira, principalmente perante forças econômicas que visam as áreas costeiras como áreas estratégicas para o desenvolvimento turístico, imobiliário e industrial, por exemplo. Em alguns casos, estas forças promovem o enfraquecimento e até apagamento de comunidades

inteiras, que não encontram respaldo legal, social e econômico para promover a manutenção de suas atividades tradicionais.

Em síntese, intervenções urbanas norteadas pela sobreposição de interesses, onde “vence” o mais poderoso (seja este economicamente, socialmente ou politicamente), quando praticadas em áreas de territórios com ocupações de comunidades tradicionais, culminam em conflitos territoriais que inibem as atividades destas comunidades e enfraquecem suas relações, sendo estes reflexos intensificados ainda mais pela ação individualista de agentes sociais com interesses territoriais dominadores.

A área da Prainha, caracterizada naturalmente por sua relação com o mar, além de se apresentar como uma parcela territorial estratégica, conectada pelas águas com a Baía de Vitória, também representa, por gerações, o local de desenvolvimento da atividade pesqueira artesanal e da consolidação de parte da comunidade pesqueira tradicional capixaba (MELO, 2019). Exemplificando este cenário, observa-se que, em Vila Velha, a atividade pesqueira como atividade econômica tradicional, remete aos primórdios da colonização, quando a vila colonial era composta em grande parte por famílias de pescadores que se instalavam nas áreas costeiras do município (FRANCHINI, 2016). Porém, apesar de ser considerada o berço da colonização portuguesa no estado do Espírito Santo, a Prainha seguiu fortemente os princípios de desenvolvimento absorvidos pelo cenário urbano de Vila Velha, passando, ao longo dos séculos, por inúmeras modificações urbanas influenciadas por interesses de agentes diversos, que descaracterizaram sua paisagem natural e seu território de valor histórico (SANTOS, J., 1999). Seguindo tal lógica, conseqüentemente, a comunidade pesqueira da Prainha representa uma comunidade que, apesar de sua importância histórica, teve sua realidade desconsiderada perante os processos de planejamento que modificaram a paisagem urbana na qual está consolidada.

Além dos impactos causados por transformações anteriores, observa-se ainda, ao longo dos anos, o surgimento de novos fatores que continuam alterando as dinâmicas da comunidade de pesca da Prainha, de modo que, atualmente, apesar de sua extrema importância para o mercado pesqueiro capixaba, esta encontra-se sem o apoio e a infraestrutura necessária para manutenção adequada de suas atividades, exigindo cada vez mais resistência da parte de seus componentes (FRANCHINI, 2016).

Diante deste cenário, identifica-se como necessário o debate acerca da inclusão das comunidades pesqueiras nos processos de planejamento urbano, permitindo sua participação ativa e prevendo a criação de planos, ações e políticas públicas que se adequem à realidade e que ofereçam respaldo para a preservação da atividade pesqueira tradicional.

Neste sentido, a presente pesquisa visa realizar uma reflexão sobre as transformações dos territórios das comunidades tradicionais inseridas no contexto urbano-metropolitano por meio da análise dos processos de urbanização, intervenções e representações que moldam e modificam a cidade e a sua relação com estas comunidades, em especial as de pescadores artesanais.

Espera-se que este estudo fomente a discussão acerca dos conflitos enfrentados pelas comunidades de pesca artesanal, promova visibilidade às suas realidades e auxilie a preencher as lacunas identificadas acerca dos estudos que analisam a forma como os processos de urbanização afetam a realidade das comunidades pesqueiras tradicionais, em especial a comunidade da Prainha de Vila Velha. Por fim, a pesquisa busca, ainda, dar luz ao debate acerca da ação dos diversos agentes e interesses que atuam constantemente sobre as áreas costeiras, promovendo pressão, inibindo a manutenção das atividades, enfraquecendo e contribuindo para o apagamento da realidade de diversas comunidades de pesca e da atividade pesqueira como atividade socioeconômica tradicional.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Diante do cenário apresentado, torna-se pertinente o seguinte questionamento: Como os processos de desenvolvimento urbano de Vila Velha transformaram a área da Prainha e como estes processos refletiram sobre as relações e as dinâmicas da comunidade de pesca artesanal?

Neste sentido, esta pesquisa se norteará pela identificação e compreensão destes processos, analisando a perspectiva da comunidade pesqueira consolidada no local.

1.3 OBJETIVOS

A pesquisa tem como objetivo geral analisar as transformações observadas nos territórios de caráter urbano-metropolitano onde estão inseridos grupos tradicionais, dentre eles as comunidades de pesca artesanal, por meio da identificação das mudanças socioespaciais, das representações e das intervenções no município de Vila Velha, em especial, na área da Prainha, sob a perspectiva dos reflexos destes processos sobre a comunidade pesqueira tradicional no que diz respeito às suas relações e forma de ocupação territorial, bem como as interferências destas transformações sobre o exercício de suas atividades socioeconômicas e sua vida cotidiana.

Como forma de alcançar o objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos, complementares à pesquisa:

- a) Compreender as relações entre os conceitos associados aos tipos de território, multiterritorialidades, representações e conflitos, bem como os agentes sociais que influenciam as transformações das cidades contemporâneas em contextos urbano-metropolitanos;
- b) Identificar os processos de desenvolvimento urbano que nortearam as intervenções territoriais no município de Vila Velha, em especial na área da Prainha;
- c) Investigar as propostas projetuais para a Prainha de Vila Velha e seu Parque, que ilustram as relações territoriais abordadas conceitualmente, como forma de compreender o atual planejamento urbano previsto para a área;
- d) Analisar, a partir dos dados coletados e da compreensão das questões abordadas acerca dos territórios, os reflexos das intervenções e transformações identificadas na área da Prainha sobre a comunidade de pesca artesanal.

1.4 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa se desenvolve no âmbito do projeto “Redes de Cidadania”, Projeto de Educação Ambiental (PEA), fruto do convênio 5400.0107359.18.4 firmado entre a Petrobras e a Universidade Vila Velha – UVV/ES, que se apresenta como uma medida de mitigação exigida em processo de licenciamento ambiental federal,

conduzido pelo IBAMA e regulado pela Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA 01 (2010). Com o objetivo de capacitar pescadores artesanais, marisqueiros e suas famílias, atua em 18 comunidades pesqueiras da região centro-norte do Espírito Santo, abrangendo a área litorânea concentrada entre os municípios de Vila Velha, ao centro, e Conceição da Barra, ao norte do estado. Visando o desenvolvimento de habilidades que promovam maior autonomia para os membros das comunidades envolvidas e que permitam o exercício de sua cidadania em processos de licenciamento ambiental e na geração de trabalho e renda, as atividades se desenvolvem orientadas pelos três temas centrais do projeto: educação ambiental, economia solidária e letramento digital, abordando ações de diagnóstico participativo, cursos, palestras, oficinas, entre outras. Neste sentido, a pesquisa se desenvolve como parte da produção científica gerada através do projeto, a partir das potencialidades, fragilidades e desafios diagnosticados na comunidade da Prainha de Vila Velha, uma das comunidades contempladas pelo Redes de Cidadania.

Baseado no tema abordado pelo projeto, a partir das pesquisas iniciais de referenciais bibliográficos, realizadas através do Catálogo de Teses e Dissertações e do Portal de Periódicos, ambos organizados pela CAPES, foi identificado que grande parte dos trabalhos desenvolvidos e mencionados nas plataformas relacionavam os temas “comunidades de pesca”, “atividade pesqueira”, “pesca tradicional” e similares, mais estritamente com aspectos ambientais e/ou relacionados ao âmbito da biologia, abordando estudos concentrados acerca da flora e fauna marinhas. Apesar da relevância dos estudos encontrados, foi identificada uma grande lacuna a respeito da abordagem direta das comunidades pesqueiras perante os processos de urbanização que constroem e modificam os cenários das cidades e as relações destas com os territórios estudados. Neste sentido, atualmente, pouco se documenta sobre como estas comunidades são afetadas pelas transformações características dos processos de intervenção urbana de caráter globalizador nas cidades contemporâneas e norteados por interesses empresariais ou de instituições com notável poder de influência e dominação social, econômico e territorial. Observa-se também uma certa dificuldade em identificar se as comunidades pesqueiras tradicionais possuem visibilidade, inclusão e participação ativa nos processos de desenvolvimento urbano previstos pelos planos municipais, estaduais e federais, políticas públicas e outros processos de urbanização norteados por interesses diversos.

Nota-se ainda, a partir da quantidade incipiente de estudos encontrados, a importância do debate acerca da inclusão das comunidades pesqueiras nos processos de planejamento urbano e de criação de políticas públicas de proteção social e territorial que ofereçam respaldo e garantia de preservação da atividade pesqueira tradicional.

Diante desta constatação, a presente pesquisa se constitui como um resgate histórico e analítico que busca preencher as lacunas identificadas previamente e auxiliar na compreensão acerca da territorialidade das comunidades pesqueiras tradicionais inseridas em contextos urbanos-metropolitanos de modo geral, em especial da comunidade da Prainha de Vila Velha. Neste sentido, busca também identificar os processos de urbanização, intervenções e representações que moldam e modificam a área de estudo, visando refletir sobre a forma como tais processos afetam as relações socioespaciais desta comunidade pesqueira.

Por fim, a pesquisa busca fomentar a discussão acerca dos conceitos que se relacionam com o território urbanizado e os diversos conflitos de interesses que atuam constantemente sobre as áreas costeiras que abrigam comunidades de pesca artesanal, inseridas no contexto urbano-metropolitano. Tais interesses se apresentam geralmente como relações de poder e dominação provindas das relações entre o mercado capitalista e a construção do território em tempos de globalização. Por sua vez, estes atuam constantemente pressionando e enfraquecendo as comunidades tradicionais, especialmente as de pesca artesanal, inibindo a manutenção e perpetuação de seu tradicional modo de vida.

1.5 METODOLOGIA

O presente trabalho apresenta-se como uma pesquisa de natureza aplicada com abordagem qualitativa, desenvolvida a partir da definição de objetivos exploratórios que propõem a investigação e análise de informações através de referenciais bibliográficos e revisões de literatura - históricos e atuais -, dados primários e secundários, entrevistas e arquivos foto-documentais.

A fim de alcançar os objetivos propostos, a metodologia se desenvolve, inicialmente, a partir da revisão bibliográfica, com o objetivo de levantar referenciais teóricos adequados para a contextualização dos aspectos relacionados ao território, à construção e transformação dos espaços urbanos, bem como os agentes sociais,

as relações e representações que implicam nos processos de transformações das cidades contemporâneas, apresentados e conceituados por autores como Milton Santos (1996, 2000, 2006), Sanchez (2001), Raffestin (1980, 2005), Haesbaert (2004, 2007), Haesbaert e Limonad (2007), Fernandes (2008), Saquet (2009, 2018) e Correa (2011). Os autores apresentados, dentre outros, podem contribuir para a contextualização acerca dos processos de intervenção e transformação das cidades contemporâneas (objetivo específico “a”).

Em relação à coleta de dados relacionados à história do Estado do Espírito Santo e os processos de desenvolvimento urbano, que auxiliarão a compreender a (trans)formação do território capixaba, especialmente da Região Metropolitana de Vitória e, conseqüentemente, da Prainha de Vila Velha (objetivo específico “b”), serão realizadas buscas em referenciais de literatura apresentados por autores como Jair Santos (1999) e Oliveira (2008), além de documentos e arquivos disponibilizados por outras fontes, dentre elas, da Prefeitura de Vila Velha - PMVV, o Governo do Estado e o Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN. Neste sentido, buscou-se priorizar a identificação de referenciais que apresentassem os processos urbanos ocorridos particularmente a partir do século XX, época marcada por intervenções mais significativas na construção do território da Região Metropolitana e do município de Vila Velha, estas impulsionadas pelo crescente desenvolvimento econômico industrial que avançava sobre a região.

Ainda, como parte do reconhecimento inicial, delimitação da área e criação de uma base cartográfica para auxílio nas análises do local selecionado para estudo, será realizado o mapeamento do Sítio Histórico, criado a partir da Lei nº 5.657 (VILA VELHA, 2015), adicionado da área do antigo Parque da Prainha (área de maior contato com o mar e a baía e, conseqüentemente, de maior consolidação da comunidade pesqueira tradicional), através do software de geoprocessamento *ArcGis*, com auxílio de imagens via satélite disponibilizadas nas ferramentas digitais *Google Earth* e *Google Maps*. Além destes referenciais, mediante a análise das legislações municipais, estaduais e federais, dentre outros documentos, como por exemplo a cartilha do IPHAN (2009), a área de estudo será caracterizada também a partir da breve abordagem de conceitos que reforçam seu caráter de Sítio Histórico e Paisagem Cultural, sendo possível compreender a importância da preservação das

singularidades intrínsecas ao local e à comunidade pesqueira consolidada na Prainha de Vila Velha (complemento ao objetivo específico “b”).

Como forma de compreender as relações tecidas pelas comunidades pesqueiras com os territórios de modo geral, bem como a comunidade da Prainha, será necessária a coleta de referenciais provindos de autores como Diegues (2004; 2008), Vasconcellos, Diegues e Sales (2007), Knox e Trigueiro (2015), que contextualizam as comunidades pesqueiras brasileiras como um todo e também pontualmente as comunidades do Espírito Santo. Serão também abordados autores como Franchini (2016) e Melo (2019), que apresentam estudos sobre a Prainha de Vila Velha e sua comunidade de pesca.

Vale ressaltar que este trabalho se iniciou e foi desenvolvido no âmbito da pandemia do coronavírus. Com o período de isolamento social iniciado nos primórdios de 2020, a pandemia atingiu sua fase crítica em meados de 2020, perdurando até 2021, quando o avanço da vacinação geral da população e a diminuição dos números de óbitos causados pela doença possibilitaram o relaxamento das medidas de segurança e o início da volta do convívio social. Este fator teve como consequência a impossibilidade de realização e participação nas atividades presenciais do Projeto Redes de Cidadania, pausadas devido às medidas de isolamento, incluindo os treinamentos da equipe, pesquisas, entrevistas e coleta de dados em campo. Desta maneira, serão utilizados, ainda, os dados coletados e sintetizados nos diagnósticos realizados pelo Projeto Redes de Cidadania através das visitas de campo, entrevistas e ações sociais do programa realizados antes da pandemia do coronavírus.

Neste estudo, serão também apresentados os projetos propostos já publicados até o momento para a revitalização do Parque da Prainha, área que representa a maior porção de consolidação e de desenvolvimento das atividades da comunidade de pesca artesanal. Esta análise pode ajudar a identificar a futura inclinação dos processos de intervenção e desenvolvimento urbano previstos para a área bem como seus agentes impulsionadores caracterizados, nestes casos, especialmente pelo poder público e grupos empresariais, auxiliando a esclarecer se estes projetos condizem com a realidade territorial, social, ambiental e cultural da área e da sua comunidade de pesca (objetivo específico “c”) ou se atendem aos interesses específicos de uma parcela dominante.

Por fim, a partir das informações coletadas e da associação entre os conceitos que envolvem o território e seus tipos, os agentes sociais e as relações e representações das comunidades de pesca artesanal, é possível analisar os reflexos dos processos de desenvolvimento urbano que construíram, desde o início do século XX até a atualidade, o cenário da área de estudo, como estes influenciaram na realidade da comunidade de pesca da Prainha, esta foi respeitada e incluída diante de tais processos. Ainda, retomando as propostas projetuais apresentadas anteriormente, busca-se investigar como o cenário urbano está sendo planejado atualmente e quais agentes sociais influenciam majoritariamente nestas propostas, refletindo sobre a realidade presente da comunidade pesqueira e seu possível futuro perante os processos de intervenção e desenvolvimento urbano contemporâneos (objetivo específico “d”).

2 OS TERRITÓRIOS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: AGENTES SOCIAIS E SUAS RELAÇÕES COM AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS

2.1 INTERVENÇÕES E TRANSFORMAÇÕES NO TERRITÓRIO URBANO CONTEMPORÂNEO: A CONSTRUÇÃO DAS CIDADES A PARTIR DO EXERCÍCIO DAS DIFERENTES TERRITORIALIDADES

Segundo Milton Santos *et. al* (2007), os territórios, elementos dinâmicos e em constante desenvolvimento, podem ser conceituados a partir do entendimento de sua composição. O território não é formado somente pelo espaço físico em si, aquele em que se pisa mas sim, pelas relações desenvolvidas por seus usuários, os habitantes que tecem conexões com o espaço habitado. Estas podem ser relações de trabalho, lazer, habitação, trocas materiais e imateriais, vínculos de identificação e apropriação, entre outros. Em suma, o território, para além do espaço geográfico, é composto pelas ações que o formam e transformam, impulsionadas pelo exercício da vida.

“O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o

sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, M., 1999).

A cidade contemporânea, objeto de estudo deste trabalho, é palco de inúmeras interferências, influenciadas por atores dinâmicos e ativos que constantemente e naturalmente atuam sobre e contribuem para a transformação destes espaços. Neste sentido, a construção dos territórios se desenvolve a partir das relações indissociáveis e recíprocas entre homem x território, à medida que um modifica e influencia o outro, mutuamente.

Segundo Saquet (2009), “o território é uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades”, onde este se diferencia conceitualmente do espaço geográfico a partir de três características principais: as relações de poder, as identidades e as redes. Desta forma, o exercício e os conceitos da territorialidade vão além das relações de poder político e dos simbolismos dos diferentes grupos sociais, pois envolvem, ao mesmo tempo, os processos econômicos e as interrelações entre todos os âmbitos que tecem territorialidades.

Na visão de Raffestin (1980) o território é diferente de espaço, sendo este, o percussor do território. Desta forma, o território é um espaço que se consolidou a partir da interferência de um agente. Este, por sua vez, pode ocupar e intervir no espaço tanto de forma material quanto imaterial, concreta ou abstratamente. Sendo assim, para que houvesse a formação do território, foi projetada uma força, uma intervenção, um interesse, sobre um espaço. Conclui-se que para o autor o território é o resultado das diversas relações de territorialidade exercidas sobre um espaço, que ao final, “absorve” as características que lhe foram impostas e se molda a elas e a seus agentes. Já a territorialidade, o autor a define como um conjunto de relações que se originam a partir das variantes “sociedade-espaço-tempo”, refletindo a multidimensionalidade das vivências humanas em um território que implicam em sua modificação e construção.

No que diz respeito aos tipos de relações exercidas sobre o território, Milton Santos (2000), afirma que este, de modo geral, acolhe as mais diversas atividades, sendo muitas delas vinculadas ao próprio território, podendo atuar em níveis mais locais e regionais ou a níveis mais internacionais e/ou globais. As primeiras relações,

aquelas desenvolvidas em âmbitos locais/regionais, permitem uma relação de horizontalidade, que remete à uma ocupação harmônica do território, onde são tecidas relações de apropriação a partir de aspectos simbólicos, demandas e interesses paralelos ao meio, sem que haja uma exploração exacerbada ou desrespeito tanto ao território quanto a outros grupos.

Por outro lado, observa-se uma tendência à prática da territorialidade vertical, principalmente a partir do final do século XX, época conceitualmente dita como a que marca os primórdios da globalização (HAESBAERT E LIMONAD, 2007). A partir de então, nota-se a crescente força de uma lógica onde um número limitado de agentes, geralmente empresas, instituições e/ou setores políticos, influenciam diretamente sobre os aspectos socioeconômicos e espaciais e desenvolvem uma relação de dominação territorial em detrimento de outros grupos e interesses. Cada agente é responsável por impor sobre o território a sua própria lógica organizacional, bem como seus interesses e demandas, criando uma espécie de ocupação “hierárquica” do território, onde sempre vence o que exerce maior poder, seja ele econômico, social, político, etc. (SANTOS, M., 2000).

Segundo Haesbaert e Limonad (2007), a construção do território não resulta somente da relação direta entre homem x território, mas também provém da articulação de duas dimensões principais: uma dimensão observadamente material, ligada às esferas e agentes responsáveis pela sua movimentação político-econômica; e uma dimensão imaterial, que diz respeito aos aspectos simbólicos, ligados às relações de apropriação, identificação, culturais, além de tradições e valores individuais e/ou partilhados. Dessa forma, a dimensão material se relaciona diretamente ao exercício das relações de poder que garantem o alcance de objetivos funcionais que remetem à garantia de vantagens e ao lucro, como por exemplo, as relações de produção e consumo. Já a dimensão imaterial ou simbólica constrói e é construída pelo território a partir de elementos relacionados à aspectos subjetivos, como por exemplo, as manifestações religiosas e as representações culturais, que geram um sentido de coesão entre indivíduos e grupos sociais.

Como exemplo desta última dimensão de atuação sobre o território, tem-se as organizações das sociedades tradicionais, que exercem apropriações simbólicas que integram internamente um grupo delimitado, porém, tendem a se fragmentar em relações a outros grupos sociais distintos à medida que desenvolvem relações,

costumes, técnicas, manifestações e identidades próprias. Neste sentido, compreende-se estas comunidades tradicionais, como parcelas distintas da população, que exercem uma forma de territorialidade à parte das demais, geralmente de forma mais fluida e genuína (SANTOS, M., 2000).

Sobre estas comunidades, Diegues (2008) afirma que é importante ressaltar ainda a sua peculiar forma de manejo dos elementos naturais, pautada pelo respeito aos ciclos naturais e à capacidade de recuperação do meio e suas espécies. Deste modo, pode haver uma forma de exploração ambiental e econômica dos recursos, porém esta revela a existência de uma rede de conhecimentos e tradições, geralmente herdadas dos membros mais velhos, que possibilitam a manutenção dos ecossistemas e coexistência dos usos. Por fim, complementa:

“[...] as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas [...] onde há grande **dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza**, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução **social e cultural**; e também, percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela ideia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos” (DIEGUES, 2008, p. 84).

Neste sentido, para as comunidades que praticam territorialidades tradicionais, o espaço é também é o lugar onde se perpetuam as representações simbólicas, do imaginário, que dizem respeito especialmente à sua construção social e cultural. Ao contrário da sociedade urbano-industrial, esta por sua vez desenvolve suas relações com o território a partir de suas representações e conhecimentos empíricos acumulados e transmitidos entre gerações. Desta forma, outro modo de reconhecer e definir grupos tradicionais é a partir da forma como os indivíduos que os compõem se reconhecem perante a estes grupos e seus locais de consolidação. Esta relação de pertencimento, social e territorial, remete à fundamental questão da criação da identidade destes indivíduos e de seus grupos como um todo (DIEGUES, 2008).

Em contrapartida, a dimensão material tende a se fragmentar em relação ao território interno, porém, assimila mais facilmente os elementos de influência exterior, englobando diferentes culturas, religiões, representações, e outros aspectos de

origem estrangeira. Neste sentido, tende a absorver elementos de caráter externo, provindos das diversas lógicas dos distintos agentes sociais (empresariais, políticos, sociais, entre outros) que atuam criando os chamados “territórios da globalização”.

No cenário atual, onde os preceitos da globalização representam uma porta para o uso predatório do espaço e passam a influenciar crescentemente as transformações territoriais, há uma tendência de rápida modificação das demandas dos agentes sociais que impulsionam tais intervenções. Isto ocorre à medida que aumenta a necessidade da constante valorização dos produtos e serviços e se intensifica a busca incessante por lucro. Neste sentido, as constantes valorizações e desvalorizações e inúmeras construções e desconstruções territoriais refletem em espaços e cidades instáveis, suscetíveis à frequente riscos e influenciando negativamente os setores mais “frágeis” e com menor poder de influência da sociedade, principalmente no que diz respeito aos aspectos sociais e ambientais.

Neste sentido, por um lado, o território abriga as relações tecidas por agentes e vetores da globalização, que praticam uma territorialidade vertical e impõem suas demandas e interesses numa relação de poder e dominação. Por outro lado, observa-se a existência de relações horizontais, provindas de uma territorialidade tradicionalmente genuína, porém que abriga uma produção crescente e acelerada de grupos com suas relações estremecidas e notoriamente excluídos e marginalizados perante a nova ordem de organização do espaço urbano.

Desto desse panorama do uso competitivo do território, observa-se o enfraquecimento das relações das sociedades tradicionais, inibidas de exercer suas territorialidades livremente ou, ao menos, à sua maneira. As ocupações territoriais, antes desenvolvidas de modo intrínseco ao território, a partir de conceitos de valores, identidade e do senso de pertencimento, tendem a ser corrompidas a medida que estes grupos contrapõem-se aos interesses dos agentes sociais mais poderosos. Em suma, os efeitos da globalização e do capital sobre o território prejudicam a existência de tais comunidades, exercendo relações de domínio e poder sobre estas agindo em detrimento dos seus vínculos com suas áreas de ocupação original.

2.2 TIPOS DE TERRITÓRIO E SUAS REPRESENTAÇÕES: OS AGENTES SOCIAIS E SUAS INFLUÊNCIAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO

URBANIZADO

Antes de abordar os tipos de território, faz-se necessária a delimitação dos tipos de agentes que atuam sobre o espaço territorial, até então tratados de maneira geral como “agentes sociais”, podendo ter inclinações sociais, políticas ou econômicas, por exemplo.

Segundo Correa (2011), os agentes sociais da produção do espaço podem ser definidos de maneira mais específica, onde aborda as seguintes divisões/nomenclaturas: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Estes, por sua vez, exercem formas de ocupações territoriais distintas com base em seus interesses e, principalmente, no nível de seu poder de influência sobre o espaço ocupado. A partir da ação destes agentes, o território passa por intervenções, modifica e é modificado, agregando elementos tanto materiais quanto simbólicos, referentes aos seus significados.

Fernandes (2008) define os territórios entre territórios materiais e imateriais, sendo estes representados pelos espaços de governança, as propriedades e o espaço relacional, estes indissociáveis entre si. O primeiro território, chamado de espaços de governança, organiza-se a partir de diversas escalas e formações territoriais. Incluem-se os municípios, estados, províncias, entre outros, representando as frações que constituem diferentes escalas do espaço de governança. Tal classificação tem como referências as relações praticadas pelas classes sociais, que produzem e organizam estes territórios. O território da governança é disputado, assim como o Estado, em todas as suas escalas, pelos mais diversos grupos sociais e instituições, incluindo as empresas, comunidades diversas, dentre elas os indígenas, pescadores, camponeses, quilombolas, entre outros.

O segundo tipo de território, refere-se às propriedades como espaços de vida, particulares ou comunitárias. Estas representam um diferente tipo de território, porém são frações do primeiro, os espaços de governança. Ambos não devem ser confundidos entre si pois as relações sociais que os produzem são diferentes (FERNANDES, 2008).

O terceiro território engloba todos os outros tipos, sendo este o espaço que reúne as relações sociais e as conflitualidades entre as classes, grupos sociais, sociedade e Estado. Este território está relacionado às formas de ocupação e

intervenção sobre os territórios, ou seja, ao exercício das territorialidades. Segundo o autor, outra forma de exemplificar o território relacional, é analisando as relações capitalistas que incluem a circulação e troca de mercadoria, por exemplo. Neste sentido, os agentes podem expandir ou perder territórios de acordo com a demanda de consumo e distribuição de seus produtos/serviços (FERNANDES, 2008).

Em todos os tipos de território, as disputas ocorrem permanentemente de duas formas: pela desterritorialização ou pelo controle das formas de uso e de acesso a estes espaços. Os conflitos gerados por estas disputas refletem as multiterritorialidades exercidas por diversos grupos em diferentes escalas espaciais (FERNANDES, 2008).

Em uma outra abordagem acerca dos tipos de território, Raffestin (2005) caracteriza o território em quatro tipologias diferentes, sendo elas: a) território do cotidiano; b) território das trocas; c) território de referência; d) território sagrado. O primeiro, o território do cotidiano, representa o território ocupado propriamente para o desenvolvimento de ações cotidianas que dizem respeito ao atendimento das necessidades básicas do ser humano. Desta forma, inclui a todo momento relações antagônicas do “previsível e imprevisível, banalidade e originalidade, potência e impotência”, características das atividades comuns do dia a dia, e é onde se pode realizar diversas formas de territorialidade simultaneamente às relações entre os indivíduos e os lugares. Por sua vez, o território das trocas, apesar de também fazer parte do cotidiano, envolve a articulação entre as escalas regional, nacional e internacional, à medida que representa um território de vínculos entre agentes, elementos materiais e relações. Já o território de referência remete a um território com caráter histórico ou de importância simbólica. Desta forma, está relacionado a um âmbito imaterial e subjetivo, território este que é conhecido e reconhecido a partir de suas relações e representações perante a um indivíduo ou grupo. Por fim, o território sagrado está ligado à atuação e exercícios de territorialidade provindos das relações religiosas, podendo também representar um território palco de ações político-religiosas através de um símbolo material (igrejas ou templos, por exemplo) ou imaterial (manifestações religiosas e/ou políticas) (RAFFESTIN, 2005, *apud* SAQUET, 2009).

A partir da compreensão de abordagens de autores distintos acerca dos tipos de agentes sociais bem como os diferentes tipos de territórios, é possível observar

que todos tem em comum a abordagem de uma lógica onde os agentes sociais de maior poder, sejam eles de qualquer setor, influenciam majoritariamente sobre os territórios, gerando situações de conflitos que vão de encontro às territorialidades exercidas por comunidades tradicionais. Segundo Fernandes (2008), as intervenções ou desapropriações de territórios originalmente ocupados por outros grupos implica na destruição de identidades, relações, representações, grupos e classes sociais, à medida que estes são definidos a partir de seus territórios originais, afinal, os indivíduos constroem seus territórios e são moldados por eles em uma relação mútua, sendo este o sentido maior da luta das comunidades tradicionais pela manutenção de seus territórios.

Como complemento, Haesbaert (2004) cita em sua obra que *“não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’*”, corroborando o preceito de que os indivíduos não existem sem os territórios onde tecem e teceram suas relações de territorialidade.

Por fim, observa-se que as premissas que norteiam a lógica das transformações territoriais no mundo globalizado confirmam a prática capitalista de apropriar ou se sobrepor à outras relações sociais e territoriais que não àquelas que condizem ou que estejam ao nível de seus interesses (FERNANDES, 2008).

2.3 CIDADE EMPRESARIAL: A CRIAÇÃO DE ÁREAS DE CONFLITO TERRITORIAL COMO CONSEQUÊNCIA DA ESPETACULARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

As novas formas de intervenção sobre o espaço-território, mudaram ao longo das décadas e, na atual sociedade capitalista globalizada que representa grande parte do cenário mundial, o sistema econômico extremamente concentrador é o principal responsável por estes processos que representam de maneira estrita - além da desmaterialização, dissolução, deslocalização e debilitação - a exclusão socioespacial de grupos tradicionais.

Ainda sobre as questões que envolvem as transformações territoriais e o exercício das territorialidades, faz-se aqui necessário abordar, novamente, conceitos acerca de lugar e território que precedem os conceitos de “desterritorialização” e

“reterritorialização”, ou seja, a (des)ocupação, criação, desaparecimento e reaparecimento de territórios, que podem auxiliar no entendimento acerca do surgimento de áreas de conflitos no contexto urbano-metropolitano a partir das novas lógicas de intervenção e construção espacial. Cria-se então, a partir desta breve abordagem inicial, o embasamento geral para o entendimento das relações entre transformações, territorialidades e conflitos a serem abordadas neste subcapítulo.

Saquet (2018) reforça a ideia de que o território é o local ocupado por grupos que contém relações de dominação, apropriação e, principalmente, um conteúdo voltado especialmente para o sentido político e econômico. Este é produzido por meio de territorialidades que estão centradas em processos históricos embasados nas redes e nas relações de poder, norteadas pelas forças do mercado e capital. O lugar, contudo, faz referência ao “patrimônio dos lugares”, este contendo especialmente relações sociais e relações sociedade-natureza, configurando significados plurais de identidade e pertencimento. Esta relação, não exclui, entretanto, a produção e a dinâmica econômica, sendo estas essenciais para a sobrevivência e manutenção dos grupos que exercem a territorialidade. Desta forma, há uma construção histórica essencialmente harmoniosa que se faz a partir das relações de vivência, sentimento, interação, reconhecimento, preservação, luta e resistência. Resumidamente, diz-se que o lugar, como conceito simbólico e físico, reúne as comunidades e instituições relacionando-se com a natureza e a economia, numa relação de interações pessoais e sociais que representam sua história, conhecimento e práticas.

Neste sentido, “lugar” e “território”, embora ligados entre si, são distintos enquanto conceitos e processos. Tanto no território quanto no lugar, as territorialidades se fazem presentes e refletem em conflitos, contradições, relações de poder, luta de classes, disputas territoriais, no que se pode chamar de territorialidade ativa, ou seja, a dinâmica constante exercida sobre os territórios. Contudo, é importante ressaltar que as escalas entre essas relações são distintas, variando de acordo com as comunidades e instituições que agem sobre o espaço e entre si, refletindo diretamente no resultado da construção espacial e das transformações territoriais (SAQUET, 2018).

O território [...] se faz e se desfaz, cada dia, por meio do agir dos homens e da força da evolução natural e social. [...] Cruzamento de muitas histórias e de muitos projetos que

interagem entre si no lugar e no momento da partilha (RULLANI, 2005, p. 111; *apud* SAQUET, 2018).

Neste cenário, entram os conceitos de desterritorialização e reterritorialização, abordados especialmente por Haesbaert (2007). Dentre as muitas formas de desterritorialização abordadas no trabalho de Haesbaert, para efeitos deste estudo, será considerado aqui o conceito de “Desterritorialização como precarização territorial”, que ilustra de certa forma as relações abordadas até então entre as comunidades, os agentes sociais e os territórios. Para o autor, a desterritorialização como precarização social significa, em suma, a exclusão de grupos sociais de seus espaços originais de ocupação, estes subordinados a uma nova ocupação específica. Como processo oposto, mas não independente, a reterritorialização representa a re-ocupação dos lugares, onde originalmente estavam os grupos sociais previamente excluídos pela desterritorialização, a partir de agentes sociais influentes que, agora, tomam o espaço a partir de relações de dominação e poder e aplicam seus interesses sobre tal. Este processo ilustra, essencialmente, a ressignificação dos lugares e a construção dos territórios de mercado.

Dentro deste cenário, encontra-se também a lógica da formação de um mercado mundial de cidades baseado na construção de “cidades-modelo”. De modo geral, as “cidades-modelo” são cidades construídas ou transformadas a partir da ação combinada de agentes sociais representados por governos, atores hegemônicos representados pelas elites com interesses específicos, agências multilaterais de caráter internacional ou global que “operam como centros de pensamento, difusão e financiamento de políticas públicas” e das redes mundiais de cidades. Dessa forma, além dos agentes locais, um outro conjunto de agentes e estratégias territoriais de múltiplas escalas contribuem para a formação de uma ideal de “cidade-modelo”. Tais estratégias são reafirmados a partir do conceito de *city marketing*, instrumento central do planejamento urbano voltado para o mercado, entendido como um “mecanismo institucional de promoção e venda das cidades” (SANCHEZ, 2010).

O objetivo do *city marketing* consiste em manipular grupos e seus padrões comportamentais, induzindo-os a tomar decisões favoráveis aos agentes sociais e seus interesses. Este deve, então, conquistar o apoio público, seja ele vindo da própria sociedade ou de investidores/financiadores e apoiadores políticos que favoreçam a implementação dos objetivos das intervenções urbanas revitalizadoras bem como das

“cidades-modelo” promovidas pelas elites. Destaca-se aqui, especialmente, que a participação da população diz respeito não somente à participação social garantida por legislação, mas sim, a um convencimento e adesão estimulados majoritariamente pelas estratégias do *city marketing*, dentre elas as campanhas midiáticas, representando não uma participação crítica e transformadora da realidade, mas sim, uma participação legitimadora dos programas e políticas oficiais (SANCHEZ, 2001).

Essa ideia de “consenso-cidadão” apresentado pela autora reforça o conceito de sustentabilidade social do projeto. Observa-se que as camadas médias da sociedade buscam, além de bons serviços, espetáculos que corroboram com a sensação de constante elevação de nível de vida. Neste sentido, a propaganda midiática e o *city marketing* “vendem” através destes projetos, a ideia do consumo da cultura e de bens e serviços, valorizando as práticas sociais no plano prático, mas especialmente no ideológico, aumentando cada vez mais a adesão popular aos projetos apresentados como “revitalizadores”. Além da função de embasar e viabilizar socialmente o projeto em escala local, tem-se também, para o mercado externo, um termômetro de sua atuação e do grau de confiança conquistado pelos agentes sociais de elite com relação à viabilização de novos investimentos futuros, criando mais um elemento de atratividade locacional (SANCHEZ, 2001).

Essa nova forma de intervenção e transformação das cidades reflete, novamente, o crescente processo de mercantilização do espaço à luz da consolidação e expansão do capitalismo globalizado à medida que, agora, o território passa a ser uma mercadoria. Apesar de ser um fenômeno recente, o surgimento do conceito de cidade como produto ilustra a importância da conquista de parcelas do território material e sua construção simbólica como estratégia mercadológica (SANCHEZ, 2001).

Vainer (2002) reflete que, se por um lado e por um longo período, as principais questões da cidade e do processo de desenvolvimento urbano estavam relacionadas ao crescimento desordenado, movimentos sociais urbanos, reprodução da força de trabalho, racionalização do uso do solo, entre outros, as novas questões urbanas estão relacionadas agora, principalmente, ao contexto da competitividade urbana, onde a cidade, transformada em mercadoria. Diante desta lógica, o autor ressalta o pensamento lógico enraizado nos processos de intervenções urbanas:

"O governo local deve promover a cidade para o exterior, desenvolvendo uma imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infraestruturas e de serviços (comunicações, serviços económicos, oferta cultural, segurança etc.) que exerçam a atração de investidores, visitantes e usuários solventes à cidade e que facilitem suas 'exportações' (de bens e serviços, de seus profissionais etc.)" (CASTELLS & BORJA, 1996 *apud* VAINER, 2002).

Os ditos projetos de renovação urbana, orientados para atender essa nova lógica de mercado e de agentes sociais elitistas são promovidos como necessários para a inserção competitiva da cidade no cenário local. Porém, esta ideia traz implícito a seletividade, não somente de locais, mas também de públicos. Dessa forma, muitos espaços são desprezados ou deixados de lado perante os processos de “modernização”. Em contrapartida, os espaços eleitos como satisfatórios e adequados para intervenção se tornam espaços passivos de reconfigurações sociais, económicas e culturais, resultando, muitas vezes, no detrimento de camadas sociais “divergentes” ao novo modo urbano (SANCHEZ, 2001). Estes espaços constituem-se dos atributos ditos necessários para a qualificação das cidades e sua venda, estes valorizados pelo capital globalizado e transformados especialmente para atender objetivos de usos específicos, como feiras e convenções, parques industriais e tecnológicos, espaços de comunicação e comércio, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, entre outros (VAINER, 2002).

Na configuração atual, esta lógica capitalista de intervenção urbana se torna tão exacerbada que, o mercado mundial de cidades é movido e ao mesmo tempo move diversos outros mercados. Dentre os tipos de mercado que influenciam e são influenciados pelo mercado mundial de cidades, Sanchez (2001) pontua:

- a) **O mercado para empresas com interesses localizados:** onde as instituições, empresas e corporações vinculadas ao capital financeiro avaliam a melhor localidade para intervenção e/ou implementação de suas atividades, visando seu maior desenvolvimento e lucro.
- b) **Mercado imobiliário:** a partir de sua crescente mobilidade e participação de investimentos do capital internacional., o capital imobiliário permite fluidez no agenciamento das operações urbanas.

- c) **Mercado de consumo:** a consolidação cada vez mais forte da imagem das “cidades-modelo” tende a fomentar e agilizar os fluxos do consumo interno (de espaços “renovados” e de mercadorias) e externo (dos visitantes, consumidores de serviços especializados).
- d) **Mercado do turismo:** a partir de sua forte relação com o mercado das cidades, o chamado mercado do turismo seleciona os segmentos e grupos-alvo a alcançar, dentre eles o turismo urbano (com o consumo dos espaços modernizados), o turismo de negócios, o turismo cultural, o turismo de compras, etc.
- e) **Mercado das chamadas “boas práticas”:** a fim de alcançar seus objetivos implícitos, as agências multilaterais, citadas anteriormente, tem interesses político-ideológicos na difusão das imagens das “cidades-modelo”, ajudando a legitimar as “administrações urbanas competentes”, “gestões competitivas” e o “planejamento urbano estratégico” apresentados pelo *city marketing*.
- f) **Mercado de consultoria em planejamento e políticas públicas:** agentes locais como prefeitos, lideranças ou experts internacionais relacionados ao planejamento, constroem seus projetos políticos a partir do reconhecimento de sua atuação na escala local. Essa estratégia de atuação se caracteriza por sua força também no campo simbólico onde, a partir das “experiências de sucesso” realizadas, almeja-se o crescimento do poder político propriamente dito.

Neste sentido, evidencia-se a existência, além dos atores locais, de um conjunto de agentes, instituições e estratégias em múltiplas escalas que, emaranhados em uma rede, fomentam a ideia da construção de cidades-modelo que fazem parte, na verdade, de um mercado muito mais complexo. Desta forma, não se evidenciam somente os interesses nas ocupações e transformações urbanas propriamente ditas, mas sim, de interesses de diversos âmbitos que beneficiam e se beneficiam dessa estratégia (SANCHEZ, 2001).

Ainda dentro do cenário das cidades-modelo, de modo geral, tem-se uma tendência de ocupação por parte dos novos projetos de reestruturação urbana de áreas qualificadas como “degradadas”, “perigosas” e “incômodas” para a cidade e para sociedade. Porém, o próprio conceito de *city marketing* ajuda a corroborar essa “qualificação”, à medida que caracteriza tais áreas de maneira que pareçam menos atrativas e valorizem cada vez mais os projetos, ganhando assim o apoio de

instituições e a confiança popular e validando as possíveis futuras intervenções. Essas áreas constituem-se geralmente de áreas “obsoletas” ou consideradas subutilizadas, como áreas industriais antigas, frentes marítimas e áreas portuárias que, a partir dos programas promovidos pelo *city marketing* para a renovação urbana, seriam revitalizadas e passariam a ser novamente funcionais, em sintonia com os novos padrões de mercado dominantes. Sobre esta questão, Sanchez (2010) destaca uma citação que afirma se caracterizar como uma “promoção econômica da cidade” onde as estratégias de venda do espaço e dos projetos tem sido incorporadas em recomendações de documentos voltados à mercadoria urbana. Neste caso, apresenta um trecho a respeito da revitalização de Barcelona, em 1992:

“[...] as políticas de ordenamento urbano de centros históricos, a recuperação de áreas portuárias, industriais ou ferroviárias obsoletas, criam condições favoráveis para a recentralização de funções urbanas modernas e aumentam consideravelmente os atrativos da cidade. força da evolução natural e social” (BARCELONA, 1992, p. 48; *apud* SANCHEZ, 2010).

O trecho corrobora a ideia abordada anteriormente pela autora, onde se percebe uma tentativa de vender uma ideia ou um projeto que, teoricamente, “salvariam” uma região de sua decadência. Porém, deve-se observar que tais promessas podem se tornar ilusórias à medida que, obedecendo a uma lógica de mercado, representam interesses específicos que podem se sobrepor às minorias ou aos interesses de bem coletivo (SANCHEZ, 2001).

Retomando Vainer (2002), o autor explicita que o mercado externo construído pelo grande capital sobre as cidades é seletivo: os projetos e intervenções não são desenvolvidos para qualquer público, usuários e visitantes em geral, mas sim, para um público selecionado que possa “consumir” os espaços e seus atrativos. Afinal, a cidade transformada em mercadoria tem como intuito ser vendida, e esta não é somente uma mercadoria simples, mas sim uma mercadoria de luxo destinada a grupos de elite que se configuram como potenciais compradores (VAINER, 2002).

Como consequência, essa seletividade de áreas e públicos, o rápido processo de valorização e conseqüentemente o aumento da especulação sobre os espaços transformados acabam reforçando processos de gentrificação e exclusão social,

principalmente contra comunidades historicamente marginalizadas e grupos já precarizados economicamente (SANCHEZ, 2001).

As novas atribuições concedidas ao espaço corroboram para a perda do sentido da história, tanto coletiva quanto individual, onde se obtém uma experiência espacial, física e sensorial, centrada na desarticulação entre os interesses comuns, contribuindo para uma forma de alienação espacial e social baseada na cultura do consumo exacerbado (SANCHEZ, 2010). Neste sentido, observa-se que no mundo dito globalizado, onde apenas uma elite restrita tem acesso e poder amplo e pleno sobre os territórios, este processo de precarização e exclusão socioespacial só poderá acontecer a partir da vivência e apropriação igualitária dos espaços em sua total diversidade e múltiplas escalas, por parte de todas as comunidades (HAESBAERT, 2007).

Saquet (2018) ainda reflete como a consciência de lugar, ou seja, o reconhecimento de uma comunidade perante seu lugar pode significar um possível “antídoto”, enquanto forma de resistência, aos processos de globalização econômica e dominação espacial. A consciência de lugar torna-se então de essencial importância para a identificação, coesão e participação social e para a reprodução do lugar como espaço de convivência com as relações comunitárias e os processos históricos, onde se faz possível o prevailecimento do princípio territorial inicial acima do funcional, imposto pela lógica do mercado.

“Tratando-se, fundamentalmente, de reconstruir consciência de lugar, coesão social e solidariedade entre os homens, desintegrados há décadas pelo mercado selvagem, nós vemos uma possível solução de retorno à responsabilidade dos habitantes dos lugares, fazendo prevalecer o princípio territorial sobre o funcional, por meio do retorno ao território” (BECATTINI e MAGNAGHI, 2015, p. 221, *apud* SAQUET, 2018).

Este “retorno ao território”, ainda que aparentemente utópico perante a situação global atual, representaria então a possibilidade de coexistência harmônica entre os agentes sociais e suas diversas escalas, a partir da garantia de respeito aos diversos interesses e formas de ocupação sobre o lugar-território.

3 O(S) TERRITÓRIO(S) DAS COMUNIDADES DE PESCA ARTESANAL: REPRESENTAÇÕES E RELAÇÕES

3.1 COMUNIDADES TRADICIONAIS DE PESCA ARTESANAL EM TERRITÓRIO URBANO-METROPOLITANO: CONTEXTUALIZAÇÃO E REPRESENTAÇÕES

O ato de exploração dos recursos pesqueiros no Brasil e no mundo é antigo, tendo ao longo da história assumido importância não somente econômica, mas social, cultural e simbólica. Grupos e sociedades inteiras, em determinados períodos históricos, se organizavam e sobreviviam principalmente em torno da atividade pesqueira, responsável pelo sustento, economia e reprodução física e social de suas populações. Não somente na antiguidade, mas até nos tempos modernos, a pesca foi responsável, não só pelo desenvolvimento e crescimento econômico de determinados povos, mas também por suas representações sociais e culturais ainda preservadas na história (DIEGUES, 2004).

Após o início da colonização do Brasil, ainda no século XVIII, verificou-se a surgimento e organização de diversas comunidades litorâneas em toda a extensão de costa do país, cujos membros se beneficiavam, sobretudo, da atividade pesqueira de subsistência. De modo geral, inicialmente estes pescadores eram definidos como aqueles que trabalhavam sozinhos ou utilizavam mão-de-obra familiar no ato da pesca e beneficiamento do pescado, explorando os recursos naturais próximos de suas localidades através de embarcações e aparelhagens mais simples, pouco mecanizadas e de baixa autonomia. Em relação ao produto coletado, parte era destinada à venda para o mercado, representando uma forma de recurso financeiro de baixo lucro, mas em sua maioria, atendia à subsistência das famílias que compunham a comunidade (CLAUZET *et al.*, 2005).

De modo geral, a pesca artesanal é definida basicamente por ser uma produção de baixa escala, caracterizada como aquela exercida por grupos de pequenas tripulações e barcos não maiores que 15 metros que representam um número expressivo da frota de embarcações pesqueiras do Brasil. Apesar de sua forma de organização que remete à uma baixa produção, a produção pesqueira representa grande parte do pescado consumido no país, representando um grande motor da

economia local e nacional, ligada não somente ao setor econômico, mas também à questões sociais e alimentares (KNOX E TRIGUEIRO, 2015).

Até os dias atuais, a prática das comunidades tradicionais de pesca artesanal resiste. Os pescadores artesanais são responsáveis por deter conhecimentos intrínsecos acerca da “classificação, história natural, comportamento, biologia e utilização dos recursos naturais das regiões onde vivem”, mantendo vivo o contato com o ambiente natural e auxiliando em sua proteção, porém ao longo dos séculos, esta atividade tomou novas proporções, sendo criadas também novas classificações e formas de organização (CLAUZET *et al.*, 2005).

Segundo a Lei nº 11.959 de Junho/2009, que dá previsões sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca a atividade se divide basicamente entre comercial e não comercial, com as seguintes subdivisões apresentadas no quadro abaixo (Quadro 1):

Quadro 1. Lei nº 11.959, de 29 de Junho de 2009.

Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca
<p>CAPÍTULO IV: DA PESCA Seção I - Da Natureza da Pesca</p>
<p>Art. 8º Pesca, para os efeitos desta Lei, classifica-se como:</p>
<p><u>I – comercial:</u></p> <p>a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;</p> <p>b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial;</p>
<p><u>II – não comercial:</u></p> <p>a) científica: quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica;</p> <p>b) amadora: quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto;</p> <p>c) de subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica.</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2021, com base na Lei nº11.959 de 06/2009.

Em relação à pesca comercial, apresentada no item I, esta se classifica em a) artesanal e b) industrial. A primeira diz respeito ao que vem sendo tratado até então, fruto de uma prática milenar que persiste e se adapta às novas condições. Observa-se que esta se desenvolve prioritariamente em regime de economia familiar através de embarcações de menor porte, onde os conhecimentos, as formas e meios de produção são passados entre gerações. A segunda, diz respeito à categoria surgida posteriormente com a modernização de recursos e a crescente competição e concorrência entre mercados. Esta por sua vez, acontece majoritariamente em regime de assalariamento e através do uso de embarcações de maior porte (KNOX, 2007).

Sobre a pesca industrial, Knox e Trigueiro (2015) consideram que esta pode ser fruto de uma consequência relacionada à exploração dos recursos costeiros por parte de diferentes setores econômicos. A partir da crescente procura por áreas estratégicas, o litoral é cada vez mais ocupado, sendo necessária a busca por pescado em áreas mais afastadas que requerem equipamentos e embarcações de maior capacidade, autonomia e precisão. Neste sentido, pode-se citar aqui a ocupação das faixas litorâneas pelo setor imobiliário e de turismo continental e aquático (através de lanchas, jet-skis, cruzeiros, etc.), que impactam o meio ambiente, afastam as espécies e diminuem a disponibilidade de pescado.

Vasconcellos, Diegues e Sales (2007) ressaltam ainda que, além dos problemas comuns às outras regiões, especialmente na região Sudeste o crescente processo de especulação imobiliária no litoral tem afastado ou expulsado cada vez mais as comunidades tradicionais de suas áreas de consolidação nas praias e orlas, configurando um forte fator que dificulta a manutenção da resiliência e aumenta a vulnerabilidade destas comunidades.

Além disso, a exploração marítima costeira por indústrias de exploração de petróleo representa um dos conflitos mais discordantes da atividade pesqueira tradicional. Instalados principalmente a partir de meados da década de 1960, muitos em áreas ambientalmente frágeis, os parques industriais petroquímicos contribuem para a poluição e degradação ambiental de áreas extensas, gerando impactos negativos consideráveis sobre os ecossistemas marinhos e toda sua biodiversidade. Neste sentido, interferem conseqüentemente na qualidade do ambiente e na disponibilidade de pescado, seja no que diz respeito à sobrevivência de espécies

específicas como também na quantidade de peixes habitando estas áreas (VASCONCELLOS, DIEGUES E SALES, 2007).

Desta forma, por um lado, pode-se falar de conflitos “internos”, existentes entre a própria atividade, que dizem respeito à esta dualidade entre a pesca artesanal tradicional de pequena escala e a pesca profissional industrial de grande escala. Por outro, pode-se considerar como majoritários os conflitos externos, estes criados a partir de agentes em busca do controle das áreas já ocupadas pelas comunidades de pesca tradicional para a instalação de atividades diversas. Este último exemplo, da atuação da indústria petrolífera exploratória, representa parte dos processos de intervenções capitalistas mais radicais e inconciliáveis, contribuindo significativamente para o detrimento e, em alguns casos, completo dissolvimento de comunidades pesqueiras na costa marítima brasileira. (KNOX; TRIGUEIRO, 2015).

Em suma, a costa marítima, como área estratégica para o desenvolvimento econômico, é constantemente disputada por agentes sociais que representam os mais diversificados interesses e que simbolizam, também, a dicotomia dada pela relação entre escala local e escala global. Como complemento, Knox e Trigueiro (2015) fazem uma breve sistematização dos conflitos e problemas relatados por membros das comunidades pesqueiras durante pesquisas no litoral do Espírito Santo, apontando as causas para tais, conforme Quadro 2 abaixo:

Quadro 2. Quadro de “problemas e causas” relacionados à atividade pesqueira tradicional no Espírito Santo.

PROBLEMAS	CAUSAS
Nos pesqueiros tradicionais (baía de Vitória e Vila Velha), hoje, não se pode mais pescar;	A dragagem do porto de Vitória;
Falta do pescado (cadê o peixe?).	A pesca predatória (traineiras) e os grandes empreendimentos tais como portos (construção e expansão, incluindo dragagem), extração de petróleo e gás (incluindo plataformas e estudos sísmicos) e atividade portuária (movimentação de navios cargueiros). Situação é encontrada em Vitória, Anchieta, Regência e Linhares, além da ausência de fiscalização das traineiras e do esporte aquático.
Aumento do custo e do tempo para pescar pela necessidade de barcos maiores para ir mais longe ao mar.	Impactos socioambientais (poluição dos mangues, assoreamento dos rios, lixo e resíduos metálicos jogados ao mar pelos navios cargueiros).
Período do defeso não é adequado à realidade da pesca.	Praticamente todas as comunidades reclamaram do que consideram uma inadequação do período de defeso.
Dificuldade para ter a licença de pesca de camarão.	No caso da Ilha das Caieiras, na baía de Vitória, a lei ambiental proibiu a pesca para os pescadores artesanais.
Dificuldades para tirar os documentos para legalizar a embarcação e a licença para pesca; falta de informação e divulgação quanto ao defeso e quanto à legislação ambiental frente aos modos tradicionais de pesca e coleta/processamento dos mariscos.	Burocracia; falta de conhecimento (informações desconhecidas e divergentes); rigidez da legislação ambiental; excesso de instituições e órgãos que atuam na pesca, como Capitania dos Portos (Ministério da Marinha), IBAMA (Ministério do Meio Ambiente), SEAP (Secretaria Especial da Pesca – Ministério da Pesca e Aquicultura), Secretaria Estadual da Agricultura e Pesca, IEMA (Instituto Estadual do Meio Ambiente) e Polícia Ambiental (MMA). O resultando disso são as práticas de desobediência às leis e às proibições, “ter que pescar escondido por não ter conseguido a licença”.
Prejuízo com o material de trabalho (pela danificação que o abaloamento de grandes navios provoca).	A atividade portuária e as atividades de manobra de navio quando a Petrobras faz as pesquisas sísmicas.
Não participação dos pescadores na proposta e no planejamento dos projetos de desenvolvimento e infraestrutura. Especulação imobiliária como a que está acontecendo intensamente na praia de Itapoã.	As propostas de urbanização não incluem a participação dos pescadores da praia de Itapoã, em Vila Velha. Assim, a modernização que os gestores planejam para a área não os inclui como moradores ou como trabalhadores do local. Por exemplo: confiscam as mesas de madeira onde os pescadores fazem a limpeza do pescado. A urbanização da praia de Itapoã inclui ciclovias, chuveiros e iluminação especial. Esses equipamentos são suspensos no trecho em que os pescadores moram.
Oposição do poder público à cultura da pesca artesanal e às condições de trabalho nela empregadas.	Favorecimento dos grandes empresários da pesca.
Uso da associação para interesses pessoais (desmobilização das pessoas vinculadas à associação).	Aqui não se diferencia muito causa e resultado. Descrença dos pescadores em resolver seus problemas por terem tido muitas gestões que não deram certo, lideranças que não representavam os reais interesses da comunidade; projetos que param com a mudança de governo; os novos líderes não dão continuidade e culpam a desarticulação da comunidade.

Fonte: KNOX e TRIGUEIRO, 2015, p.37. Adaptado pela autora, 2021.

Alguns dos pontos apresentados no quadro acima (Quadro 2) podem ser ressaltados e relacionados como conflitos que caracterizam fortemente o litoral da

Região Metropolitana de Vitória onde se insere a comunidade pesqueira da Prainha, dentre eles:

- a) **A dragagem do porto de Vitória:** visando o aprofundamento da baía para receber a expansão dos investimentos em equipamentos portuários previstos para a década de 1970 e que, conseqüentemente provocou mudanças nas dinâmicas da Baía de Vitória. Este processo pode ser exemplificado na costa do município de Vila Velha pelo último aterro realizado na Prainha, este justificado em parte pela necessidade de realocação dos insumos retirados do fundo do mar;
- b) **Falta do pescado:** ou diminuição considerável dele como consequência das interferências na baía e das práticas pesqueiras industriais na região que competem de forma desleal com as comunidades tradicionais com menores recursos e equipamentos menos tecnológicos;
- c) **Aumento do custo e do tempo para pescar pela necessidade de barcos maiores para ir mais longe ao mar:** este ponto remete aos dois anteriores, onde, a partir da interferência territorial (e sua conseqüente poluição, contribuição para o assoreamento da costa e despejo de detritos) e também da pesca predatória, observa-se uma redução do pescado ou perda da sua qualidade na faixa costeira mais próxima. Muitas vezes esse fator é decisivo para a continuidade da pesca para certos grupos, visto que nem todos os pescadores possuem embarcações e equipamentos para realizar expedições em alto-mar.
- d) **Não participação dos pescadores nas propostas e no planejamento dos projetos de desenvolvimento e infraestrutura urbana e especulação imobiliária:** além do caso citado de Itapoã, apesar da proteção legal da área do Sítio Histórico, observa-se a crescente especulação da área para a implantação de propostas principalmente de cunho turístico e de lazer. Nas várias tentativas (e algumas concretizações) de modificação do espaço urbano da área da Prainha, a comunidade de pesca é fortemente excluída dos processos de planejamento e desenvolvimento das propostas. Este fator será visto de maneira mais aprofundada mais a frente neste trabalho.

- e) **Oposição do poder público à cultura da pesca artesanal e às condições de trabalho nela empregadas:** observa-se tanto no âmbito dos projetos quanto no das realizações, um forte favorecimento dos setores empresariais. Isto se aplica tanto para os próprios grandes empresários da pesca em detrimento dos pescadores artesanais, quanto para os setores, imobiliários, de turismo e industriais, por exemplo, que influenciam nas dinâmicas territoriais.

A associação feita aos pontos trazidos por Knox e Trigueiro (2015) ilustram as relações conflitantes existentes no cenário costeiro capixaba em detrimento das comunidades de pesca artesanal. Mais especificamente no caso da Prainha, esta está localizada em uma área portuária estratégica para a Região Metropolitana de Vitória. Neste sentido, pode-se ressaltar aqui o histórico desta área, que desde a década de 1970 vem sendo transformada mais fortemente, alvo de constantes investimentos e ideais de expansão econômico. Este histórico de transformações é explicado em parte pelas dinâmicas adotadas para as intervenções territoriais que, acompanhando as tendências da economia brasileira da época, se baseavam na lógica de expansão industrial e urbana das cidades. Dentre as transformações de maior impacto motivadas pelo processo de consolidação da metropolização da região da Grande Vitória, pode-se observar a implantação de um grande sistema infraestrutural de portos, rodovias, ferrovias e aeroporto que viabilizavam o desenvolvimento de atividades mineradoras, siderúrgicas e da indústria de celulose (FERREIRA, 2016).

Esta articulação do setor empresarial e industrial, juntamente com o poder público, resultou em uma complexa transformação territorial que mudou e criou novas dinâmicas entre sociedade, mercado e território. Em síntese, essa lógica estabelecida a partir das grandes empresas capitalistas que tendem a atender o mercado externo e aos interesses de exportações, influi sobre atores diversos que, emaranhados, envolvem a vida social, econômica e territorial e alteram as relações a favor de seus interesses. Como consequência, na Grande Vitória, observou-se a precarização de certos grupos e comunidades consolidados nestas áreas de intervenção. Neste sentido, não só houve reflexos nos âmbitos econômicos e ambientais, mas também nos sociais e culturais, repercutindo em diferentes camadas da sociedade (FERREIRA, 2016). Consequentemente, considerando que estas alterações

causaram diversos efeitos sobre o litoral capixaba, mais precisamente na atual área portuária da Baía de Vitória, pode-se fazer uma analogia aos conflitos apresentados anteriormente e perceber que estes conflitos refletiram diretamente sobre a comunidade pesqueira inserida neste contexto, agora metropolitano.

Vale ressaltar que, para além das questões conflitantes de cunho interno e externo até aqui apresentadas, as comunidades pesqueiras tradicionais mostram ao longo dos anos e através de sua perpetuação até os dias atuais, sua resiliência e capacidade de adaptação às constantes mudanças das condicionantes sociais, espaciais, econômicas e ambientais. Fala-se aqui de comunidades propriamente tradicionais, mas que, naturalmente, evoluíram e continuam a evoluir ao longo do tempo a favor de suas atividades e de acordo com as diferentes dinâmicas temporais. Mas vale ressaltar que aqui não se fala em evolução no sentido de falta de evolução desta comunidade em seus primórdios. Evolução aqui significa justamente adaptação ao que cada época e circunstância proporcionou e permitiu a esta comunidade. Dessa forma, o barco, por exemplo, já não é o mesmo dos tempos iniciais da colonização ou mesmo da urbanização do município. A linha e a rede de pesca também passaram por modificações em seus processos de fabricação e sofreram alterações nos materiais utilizados: antes, a matéria prima era em grande parte natural e o produto produzido manualmente; atualmente já se pode comprar materiais industrializados em maior escala e prontos para uso. Os mecanismos de localização via satélite representam uma conquista moderna para a navegação, auxiliando as expedições de pesca em alto-mar e garantindo maior segurança aos pescadores. Estes e outros elementos passam por processos de modernização e se adaptam às novas realidades contemporâneas de modo que, ao citar a preservação das atividades tradicionais pesqueiras, deve-se sempre tomar o cuidado de não confundir a perpetuação de uma atividade com o seu engessamento.

“Por outro lado, essas comunidades não podem ser consideradas a-históricas ou não suscetíveis de mudanças. De um lado, inúmeros autores (Forman, 1970; Mourão, 1971; Diegues, 1983) já constataram que várias inovações tecnológicas (redes de náilon, motores, etc.) foram absorvidas pelas comunidades de pescadores artesanais sem que houvesse uma transformação profunda das redes de produção.” (DIEGUES, A. C.S., 2004, p.88-89.)

Diante deste cenário, Sanchez (2001), cita que o processo de produção social do espaço é ao mesmo tempo e efetivamente objetivo e subjetivo. A nova racionalidade do capitalismo que rege em grande parte os novos processos de intervenções urbanas é capaz de “potencializar a eficiência econômica e a reorganização social, introduzindo formas modernas de dominação e novas técnicas de manipulação cultural”, ressignificando, dessa forma, muitas das relações territoriais, bem como seus desdobramentos, de diversos grupos, dentre eles, as comunidades de pesca. Desta forma, as representações destes grupos e suas imagens são alterados ao longo do tempo, de acordo com as condicionantes que os cercam.

“Há um complexo intercâmbio entre a transformação material e o simbolismo cultural, entre a reestruturação de lugares e a construção de identidades. Desse modo, a cultura é o meio que relaciona a textura da paisagem ao texto social” (SANCHEZ, 2001, p. 35)

Dessa forma, o processo de produção do espaço molda sociedades e também é moldado por elas, de modo que o plano real, físico, está inteiramente ligado ao âmbito simbólico. Retomando Haesbaert (2004), a construção do território é fruto de uma relação de constante troca entre o indivíduo e seu contexto geográfico, de modo que um não existe sem o outro. Dessa forma, as representações das comunidades influenciam na construção da realidade ao mesmo tempo que as transformações reais também são base para novas representações.

Ainda, Sanchez (2001) afirma que as representações são carregadas de intencionalidade e visam a produção de efeitos práticos na realidade social, ou seja, a criação de imagens simbólicas e as representações de um grupo remete a um processo parcial e seletivo, dando evidências a certos aspectos e ocultando outros, refletindo no âmbito espacial de maneira que os indivíduos constroem sua realidade à maneira de seus objetivos e interesses. Dessa forma, tais grupos podem estar em constante processo de modificação, ressignificando suas relações e moldando suas representações e, ainda assim, preservar sua essência, selecionando apenas os objetos e objetivos que desejam incorporar às suas realidades.

Como dito, anteriormente as dinâmicas internas não permanecem as mesmas, assim como as relações entre comunidade, atividade econômica, mercado e território

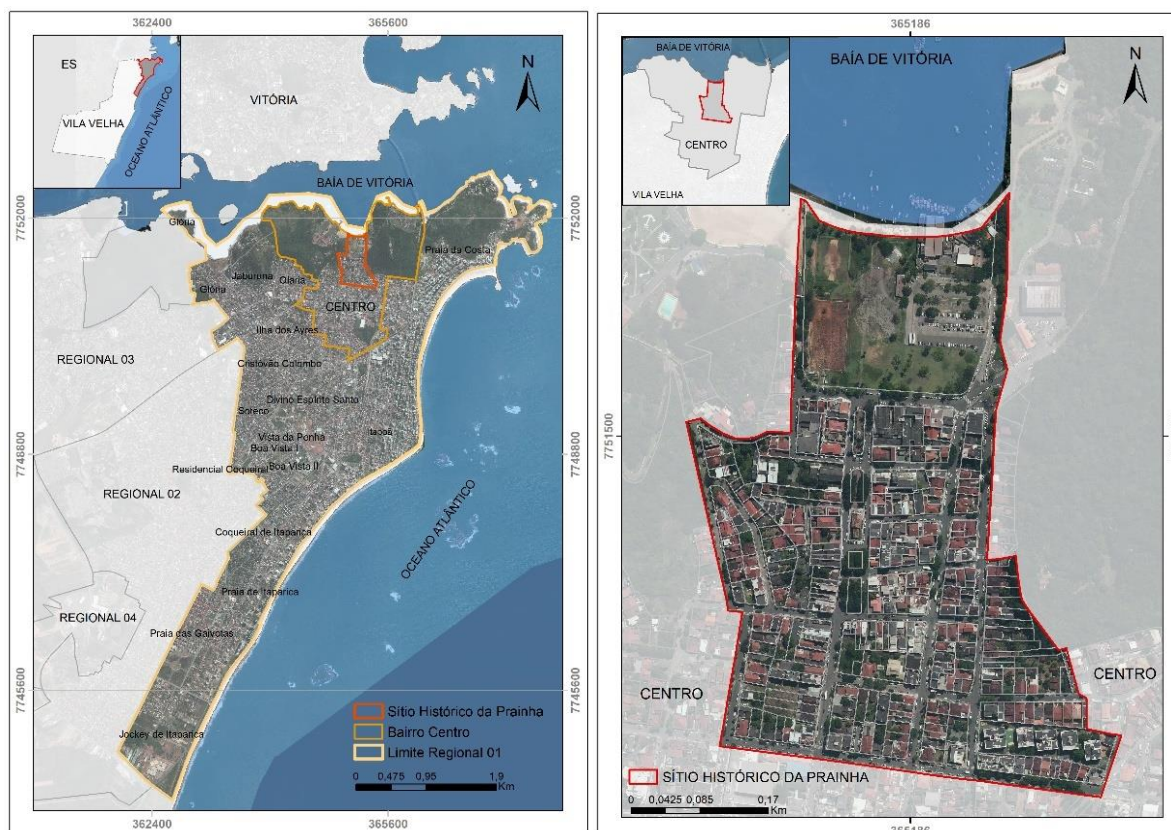
se modificam constantemente. Neste sentido, é importante ressaltar ainda, que as transformações e o desenvolvimento urbano nem sempre são negativos e são passíveis de coexistirem simultaneamente ao exercício das atividades tradicionais, desde que viabilizem, para além de seus interesses específicos, a permanência, a subsistência - mediante seus costumes, práticas e identidades - e a preservação destes grupos, garantindo ainda, sua organização e evolução própria e exercício de suas diferentes formas de territorialidade. Estas ações caracterizam o resultado da colaboração de diversos agentes e escalas nos mais diversos âmbitos que atuam sobre o espaço.

3.2 A CONSTRUÇÃO DO(S) TERRITÓRIO(S) DA PRAINHA DE VILA VELHA: BREVE HISTÓRICO

Antes de apresentar a comunidade da Prainha e suas dinâmicas, objetos de estudo deste trabalho, faz-se necessária a breve apresentação da área delimitada para este estudo, no qual a comunidade se consolida. Deste modo, a área selecionada inclui o Sítio Histórico da Prainha, criado a partir da Lei nº 5.657 (VILA VELHA, 2015), adicionado da área do antigo Parque da Prainha, área de maior contato com o mar e a baía e, conseqüentemente, de maior ocupação pela comunidade pesqueira tradicional. A escolha parte da influência do caráter de Sítio Histórico da região e da sua forte e consolidada Paisagem Cultural, sendo possível compreender, ao longo deste estudo, a importância fundamental da preservação das singularidades intrínsecas ao local e das dinâmicas da comunidade pesqueira consolidada na Prainha de Vila Velha.

Local de início da colonização portuguesa no estado do Espírito Santo, a Prainha localiza-se na Região Metropolitana de Vitória, mais precisamente no bairro Centro da Regional 01 (Grande Centro) do Município de Vila Velha (Mapa 1).

Mapa 1. Mapa de Localização da Área de Estudo, Vila Velha, ES.



Fonte: Elaborado pela autora através do software ArcGis, 2020.

A área conecta-se à Avenida Luciano das Neves, a qual já foi a principal via de conexão de Vila Velha, cruzando o Sítio em sentido Norte-Sul. Além disto, conecta-se também à Rua Antônio Ataíde e Rua Castelo Branco, outros importantes eixos de conexão com o município. Esta conexão pode ser melhor exemplificada a partir da perspectiva esquemática da área que apresenta os eixos e conexões que se relacionam com o Sítio Histórico, abaixo (Figura 1).

Figura 1. Principais Eixos e Conexões, Prainha de Vila Velha.



Fonte: Produzido pela autora, 2022.

Observa-se que a Prainha, em todo seu contexto histórico, sempre foi um importante ponto de centralidade para o município de Vila Velha representando, na época da colonização, a área de desembarque dos primeiros grupos colonizadores e, ao longo da história, evoluindo para um local consideravelmente dinâmico que abrigava importantes usos e serviços que atendiam à toda cidade, como a Câmara Municipal de Vila Velha e a antiga sede Fórum de Vila Velha, que atualmente funciona atendendo causas menores (a atual sede do Fórum encontra-se realocada no bairro Boa Vista).

No que diz respeito ao início de sua ocupação urbana, segundo Oliveira (2008), logo após o desembarque dos primeiros grupos de colonizadores, iniciaram-se as construções das primeiras edificações religiosas que até hoje contribuem para a caracterização do Sítio, incluindo a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Figura 2), 4ª mais antiga do Brasil; e a gruta do Frei Pedro Palácios, componente do Largo Frei Pedro Palácios, sendo esta sua antiga moradia na base do morro do Convento (Figura 3).

Figura 2. Igreja de Nossa Senhora do Rosário.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Figura 3. Gruta do Frei Pedro Palácios.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Ainda, abrigou a antiga capela dedicada à São Francisco de Assis, sendo esta, a primeira edificação que daria origem ao atual complexo que constitui o Santuário de Nossa Senhora da Penha, onde se localiza o Convento da Penha (Figura 4). Tais edificações se tornaram ícones históricos que marcam os primeiros processos de ocupação e desenvolvimento da área da Prainha de Vila Velha (RIBEIRO *et al*, 2019).

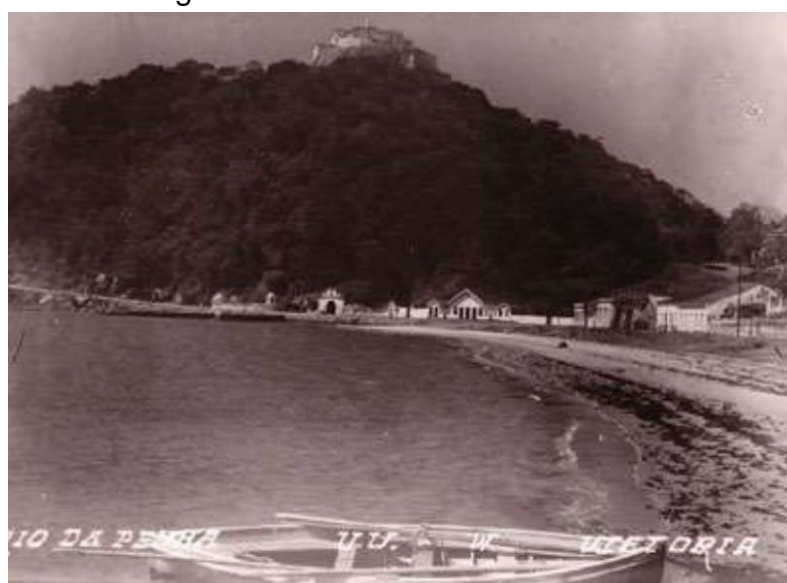
Figura 4. Convento de Nossa Senhora da Penha.



Fonte: SETUR-ES, 2019. Disponível em: <<https://setur.es.gov.br/Not%C3%ADcia/tem-inicio-neste-domingo-a-maior-festa-religiosa-do-espirito-santo>> Acesso em Fevereiro de 2022.

A pequena vila formada após o período de colonização deixou de ser a sede da capitania e passou a configurar-se como uma vila de pescadores e artesãos por volta do ano de 1551. Cerca de 300 anos após a colonização, a Prainha de Vila Velha em sua configuração territorial urbana primária (Figura 5) começou a passar por consecutivos processos de modernização, influenciados em parte pela crescente industrialização que vinha ocorrendo no estado do Espírito Santo e que contribuiriam para o seu desenvolvimento futuro (SANTOS, J., 1999).

Figura 5. Prainha antes dos aterros.



Fonte: Instituto Jones do Santos Neves, sem data. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/11427.html>> Acesso em Dezembro de 2021.

Apesar de sua importância histórica fundamental para a compreensão da formação do município e do estado e até mesmo sua importância a nível nacional, a partir da observação dos processos de modernização da cidade, é possível constatar que o cenário da Prainha se encontra completamente modificado na atualidade. Seu território, marcado originalmente pela paisagem natural exuberante, o traçado de suas quadras e vias, e suas tipologias arquitetônicas peculiares, sofrem constantemente negligências e ações contraditórias, que não condizem com seu valor. Em foco, a comunidade de pesca da Prainha se inclui neste cenário e busca, constantemente, se reafirmar e manter sua tradição, na tentativa de preservar atividades essenciais para diversas famílias.

O planejamento urbano de Vila Velha e, conseqüentemente do cenário da Prainha, desconsiderou grande parte dos valores que eram intrínsecos a tal local histórico e para a preservação das comunidades tradicionais ali consolidadas. Porém, ao mesmo tempo em que a área na qual essa comunidade está inserida tem importância fundamental para o desenvolvimento de suas atividades, o conflito entre interesses diversos pode ser observado constantemente. As intervenções de poderes, muitas vezes influenciadas por entidades privadas ou interesses individualizados, implicaram na modificação de um panorama histórico já consolidado na Prainha, inibindo sua manutenção e enfraquecendo suas comunidades, principalmente a comunidade pesqueira.

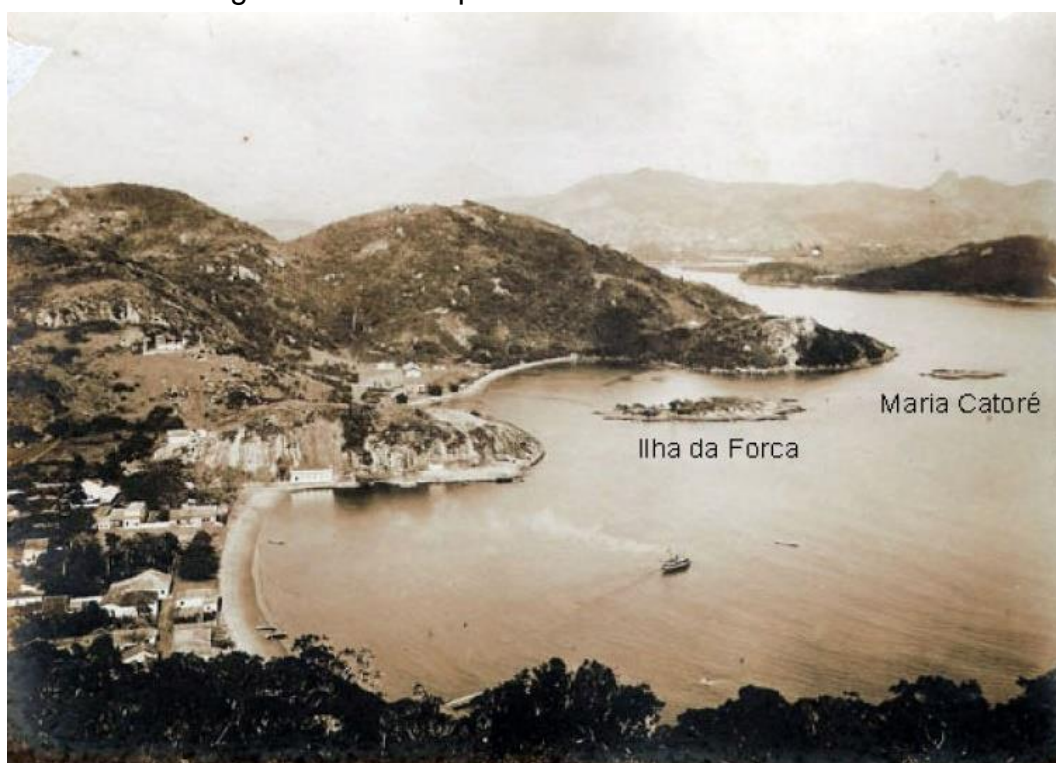
Como citado anteriormente, o cenário costeiro brasileiro é, historicamente, palco de conflitos e disputas por controle. A atividade de pesca tradicional, presente desde os primórdios da colonização, é ameaçada constantemente por diversos atores e interesses, que demandam para si áreas estratégicas para o desenvolvimento de atividades diversas, que se configuram desde o turismo até o setor industrial.

Diante da grande quantidade de processos de intervenções, transformações e de desenvolvimento urbano que aqui poderiam ser analisados sob diferentes perspectivas, devido ao foco da pesquisa, deu-se prioridade à identificação dos processos ocorridos a partir do século XX. Tal recorte temporal caracteriza-se por conter as primeiras modificações territoriais mais expressivas para a área de estudo, principalmente no que diz respeito aos grandes aterros realizados, que influenciaram diretamente as áreas adjacentes ao mar e impactaram as relações tecidas entre mar

e terra, afetando, conseqüentemente, as dinâmicas da comunidade de pesca e suas atividades, fator analisado mais à frente neste estudo.

Neste sentido, considera-se como primeira alteração territorial significativa o alargamento da avenida Beira Mar da Prainha, um pequeno aterro realizado por volta da década de 1910 (Figura 6) para que pudesse ser instalada a linha de bonde que conectaria no futuro o bairro Centro a diversos outros bairros do município de Vila Velha (SANTOS, J., 1999).

Figura 6. Prainha por volta da década de 1910.



Fonte: Site Morro do Moreno, 2015. Disponível em: <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/enseada-da-prainha-por-jair-santos.html> Acesso em 19 de junho de 2020.

Já por volta da década de 1920, a Avenida Beira Mar (Figura 7), transversal à Praça Almirante Tamandaré (ou Praça da Bandeira), passou finalmente a abrigar as instalações do bondinho, importante modal que ligava a região da Prainha aos bairros Glória, Aribiri, São Torquato e Paul, onde atingia o limite terreno da cidade e a importante conexão com Vitória ficava a cargo do transporte marítimo (FRANCHINI, 2016).

Figura 7. Avenida Beira Mar, Prainha de Vila Velha, por volta de 1920.



Fonte: Site Morro do Moreno, 2011. Disponível em:
<<https://www.morrodomoreno.com.br/materias/aterro-da-prainha.html>> Acesso em Novembro de 2021.

Já na década de 1950, o local passou pelo segundo processo de aterro, este de porte significativamente maior que o primeiro e que modificaria ainda mais a paisagem original da Prainha, com o intuito de criar a área onde atualmente se encontra a sede da Escola de Aprendizes de Marinheiros do Espírito Santo – EAMES, inaugurada já na década de 1960 pelo então presidente vigente, Juscelino Kubitschek. Ainda a partir desta segunda intervenção, criou-se uma faixa de areia na enseada da Prainha que se uniu ao primeiro aterro e retirou o acesso direto da antiga avenida Beira Mar à baía de Vitória. Além disso, o Cais dos Padres, próximo à antiga subida do Convento e onde parte dos pescadores atracavam seus barcos inicialmente, passou a não mais existir e as duas ilhas mais próximas à enseada, Ilha da Forca e Ilha Maria Catoré (Figura 6) foram acopladas ao território continental, dando espaço a uma ampla área aterrada contínua que ia desde a Praia Inhoá, à oeste da Prainha, até os pés do morro do Convento, mais à leste (Figura 8) (FRANCHINI, 2016).

Figura 8. Prainha na década de 1950. Ao fundo, à direita, a construção da sede da EAMES.



Fonte: FRANCHINI, 2016. Foto original: Acervo físico Hugo Musso – Associação Morro do Moreno.

Para a realização do aterro citado e a construção da EAMES, houve a realocação das famílias de pescadores residentes na área a Praia de Inhoá, tendo a prefeitura retirado parte dessa comunidade e transferido para a área do antigo matadouro municipal de Vila Velha (Figura 9), o qual foi desativado na década de 1950 e teve seu terreno, até então público, loteado. Esta área localizava-se no fim da atual Rua Dom Jorge Menezes, na base do morro do Convento da Penha e próximo ao Canal da Costa (SANTOS, J., 1999).

Figura 9. Antigo Matadouro Municipal de Vila Velha, ES. Década de 1950.



Fonte: Site Morro do Moreno (2020). Disponível em: <<https://morrodomoreno.com.br/materias/o-matadouro-de-vila-velha-por-seu-dede-.html>> Acesso em Fevereiro 2022.

Por fim, na década de 1970, deu-se início ao segundo aterro da área (Figura 10), conhecido como “grande aterro”, sendo este o mais significativo dentre os anteriores e o que originou a configuração atual do território da Prainha (SANTOS, J., 1999). Este último processo de aterramento pode ter sido em parte impulsionado pela necessidade de encontrar uma área para depósito do material residual proveniente das obras de dragagem e aprofundamento da Baía de Vitória, criando um novo espaço onde aparentemente, por cerca de 20 anos, não foi concebido nenhum uso específico (FRANCHINI, 2016).

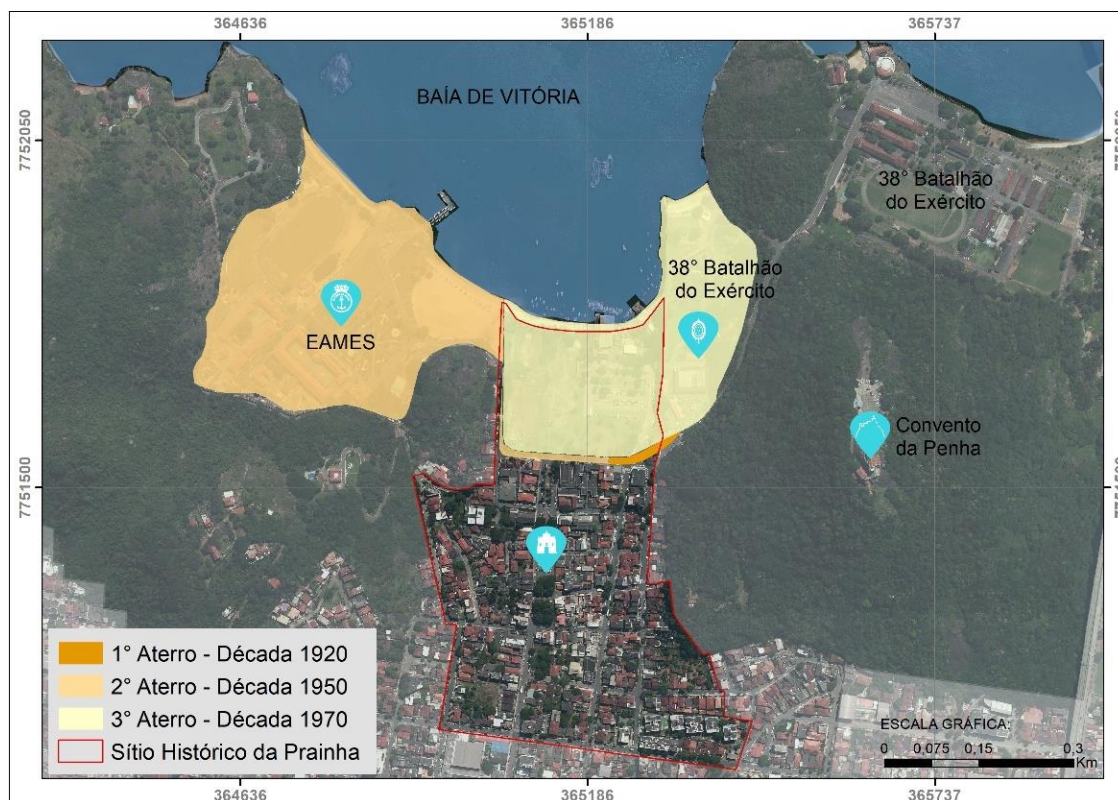
Figura 10. Prainha e o segundo grande aterro, década de 1970.



Fonte: Franchini (2016). Fotografia original de Paulo Roberto Mian.

A partir da análise das transformações citadas, percebe-se que estratégica curva original da baía, que antes se afinilava por dentre os morros adjacentes, foi encurtada, aumentando a extensão contínua de terra que agora localiza-se entre os Morros Inhoá e da Ucharia. Essas transformações podem ser melhor observadas, em síntese, a partir das sobreposições esquemáticas das áreas tomadas pelos três principais aterros sobre o espaço atual, conforme ilustra o Mapa 2 abaixo:

Mapa 2. Mapa síntese dos aterros realizados na Prainha, Vila Velha, ES.



Fonte: Elaborado pela autora através do software ArcGis, 2022.

Após o “grande aterro” que resultou em uma nova área que permaneceu ociosa entre o final da década de 1970 e final da década de 1980, o aumento da extensão da enseada e a aparente falta de função da mesma até então, estimulou a demanda para criação do primeiro projeto para o Parque da Prainha (Figura 11). Já no final da década de 1980 e com a antiga orla da Prainha completamente transformada, as obras de implantação foram iniciadas e o primeiro projeto de Parque para a Prainha foi implementado, sendo mantido em funcionamento durante quase 20 anos (e posteriormente demolido em 2009). Este projeto, impulsionado em parte pelos processos urbanos que vinham ocorrendo na Região Metropolitana de Vitória a partir da lógica do desenvolvimento industrial que viriam se afirmar com mais força nas próximas décadas, precedeu a lógica de implantação de áreas com funcionalidades e interesses específicos, voltadas não só para atividades cotidianas e de lazer, mas também para eventos e turismo.

Figura 11. Parque da Prainha na década de 1990, após o primeiro projeto implementado.



Fonte: FRANCHINI, 2016. Foto original: Revista AU 27. Dez/1989-Jan/90.

O projeto em questão foi também impulsionado pelo interesse dos moradores locais, representados pela Associação de Moradores do Bairro Centro (organizada e fundada no início da década de 1980). A intenção era que fosse criada uma área com infraestrutura completa que desse suporte às atividades cotidianas, de lazer e relacionadas à forte tradição religiosa existente no local relacionada principalmente à Festa da Penha.

Realizado na área da Prainha de Vila Velha, o evento, inicialmente marcado por ser um ritual de bençãos e tributo à Nossa Senhora da Penha realizado pelo Frei Pedro Palácios, fundador do Convento da Penha, é realizado desde o ano 1570 e ocorre oito dias após o domingo de Páscoa, geralmente em abril. A principal festa religiosa do estado e terceira maior do país - atrás somente das comemorações da Padroeira do Brasil, que ocorrem na cidade de Aparecida em São Paulo e do Círio de Nazaré, em Belém no Pará - atrai milhares de fiéis e turistas do país inteiro para a

região, movimentando o local do evento e colocando a Prainha em evidência nacional.

Em sua última edição presencial em 2019 (Figura 12), reuniu cerca de 1,5 milhão de pessoas durante todo o evento segundo a Secretaria de Turismo do Estado do Espírito Santo – SETUR-ES (MELO, 2019). Nos últimos dois anos, em 2020 e 2021, devido à pandemia da COVID-19 a festa vem sendo realizada de uma nova maneira: as comemorações, que presencialmente incluem o percurso público da imagem de Nossa Senhora da Penha, as romarias e shows agora são transmitidas online, mantendo a tradição de continuidade da festa, mas evitando aglomerações enquanto necessário (A GAZETA, 2021). Para o ano de 2022, com o avanço da vacinação e a diminuição nos números de quadros graves e óbitos pelo coronavírus, a previsão é de que a festa ocorra no formato híbrido: online e presencial. O novo formato reforça a implementação de medidas de segurança, que evitam o incentivo à eventos superlotados, e sugere a necessidade surgida na pandemia de flexibilização nas formas de realização, comunicação e transmissão destes eventos, permitindo a escolha dos participantes quanto à sua forma de participação (SETUR-ES, 2022).

Figura 12. Missa de Encerramento da Festa da Penha, 2019.



Fonte: Site Convento da Penha (2019). Disponível em: <

<https://conventodapenha.org.br/um-panorama-da-festa-da-penha-2019/festa-da-penha-2019missa-de-encerramento-no-parque-da-prainha-vila-velha-es-brasil-11/>> Acesso em Fevereiro 2022.

Visando atender às demandas da Associação de Moradores e a vocação religiosa histórica do Sítio, a proposta final para o Parque incluía em seu programa um palco para eventos; bares; restaurante; um terminal de pesca, construído a pedido da Associação de Pescadores; píer; sala de reuniões solicitada pela Associação de Moradores; área para crianças e adolescentes, com brinquedos e pistas para skate e patins; além de espaços para acomodar feiras organizadas pela população do bairro, e área aberta para festas e eventos. Além disso, inseridos nos processos participativos para definição das demandas, os pescadores, representados por sua Associação, tinham como solicitação a melhoria da infraestrutura de seu local de trabalho. (FRANCHINI, 2016).

Além das citadas anteriormente, foi criada uma infraestrutura para um sistema aquaviário que ligava Vila Velha à Vitória, porém, após cerca de 20 anos de funcionamento, a partir da inauguração da Terceira Ponte, o terminal se tornou “obsoleto” perante a esta outra alternativa de deslocamento e foi desativado. A ociosidade do local que antes abrigava o aquaviário, antes caracterizado pelo grande fluxo de pessoas e palco para realização de atividades diárias, contribuiu para que a área adjacente do Parque perdesse seu antigo protagonismo, configurando um local em parte esquecido e com pouco movimento (SANTOS, J., 1999).

Diante deste cenário, a partir da consecutiva degradação da infraestrutura original devido à má utilização e falta de manutenção adequada, no ano de 2009 foi oficializada a decisão de demolição do Parque da Prainha. Com esta decisão, de modo geral, a área tornou-se uma área desconectada do Sítio Histórico contando apenas com resquícios do antigo Parque, vistos através de estruturas remanescentes que, contudo, seguem sem a manutenção adequada (Figura 13) (FRANCHINI, 2016).

Figura 13. Parque da Prainha, 2018.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2018.

A completa transformação da estrutura natural e territorial após os aterros e a implementação/demolição do Parque da Prainha, somados ao desenvolvimento e crescimento urbano do município de Vila Velha, provocou a perda e o dissolvimento do antigo caráter central da Prainha para outras localidades da cidade, que agora conta com inúmeros polos de centralidade. Novamente, a Prainha passa a ser marcada pelo pouco aproveitamento de seu espaço de maneira adequada, pela falta de manutenção de suas estruturas remanescentes e pela falta de implementação de novas, sejam elas de apoio ao lazer, esportes e à forte atividade pesqueira local.

Apesar do cenário citado, nos últimos anos mais recentes, observou-se o investimento em pequenas melhorias para a região. Com a pandemia iniciada em 2020, a necessidade de espaços públicos ao ar livre nas cidades tornou-se mais evidente, refletindo de certa forma no Parque da Prainha, onde foi possível observar a crescente ocupação do espaço livre para práticas de esporte e lazer, especialmente aos finais de semana. Neste período, foram instaladas novas infraestruturas de lazer infantis com brinquedos e circuitos, próximas à já existente quadra de futebol, na porção mais afastada da Orla e próxima à Casa da Memória (Figura 14).

Figura 14. Parque da Prainha, 2022.



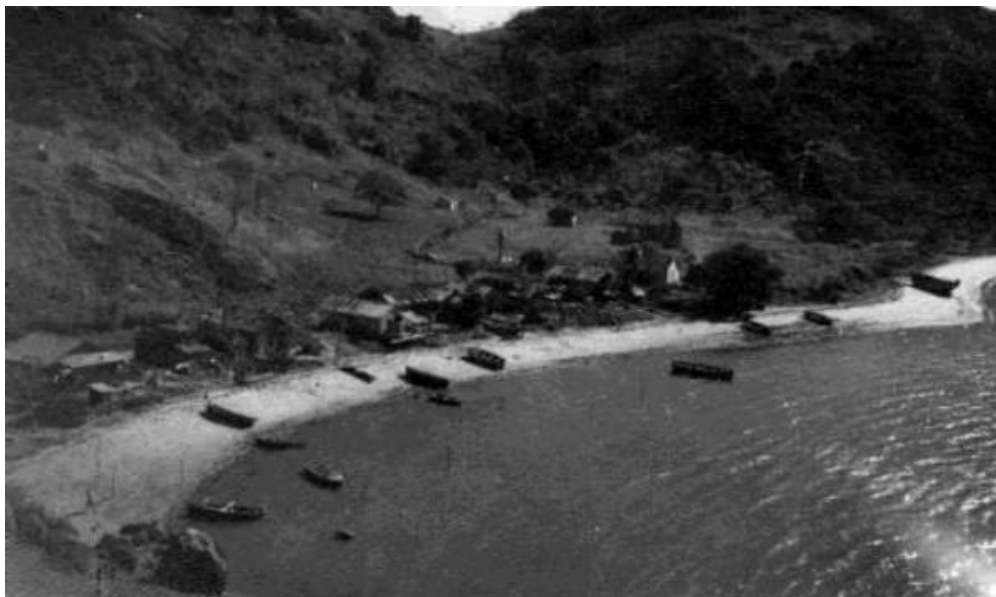
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

Apesar do incentivo do uso desta área para o lazer e esportes ao ar livre, principalmente no período de pandemia, os fatores citados moldam a realidade atual do Sítio Histórico transformando-o, de modo geral, em uma localidade de caráter mais pacato, com usos menos dinâmicos e pouca vitalidade (OLIVEIRA, 2008).

3.3 COMUNIDADE DE PESCA ARTESANAL DA PRAINHA: CARACTERIZAÇÃO, IDENTIDADE E RELAÇÕES

A colonização do Espírito Santo teve início em Vila Velha e por este motivo a história e cultura estão extremamente ligadas à própria história do estado. Seu patrimônio cultural inclui monumentos símbolos materiais, mas também imateriais. Dentro deles a comunidade de pesca artesanal da Prainha, caracterizada como uma das mais antigas do estado (Figura 15) (IEMA, 2010).

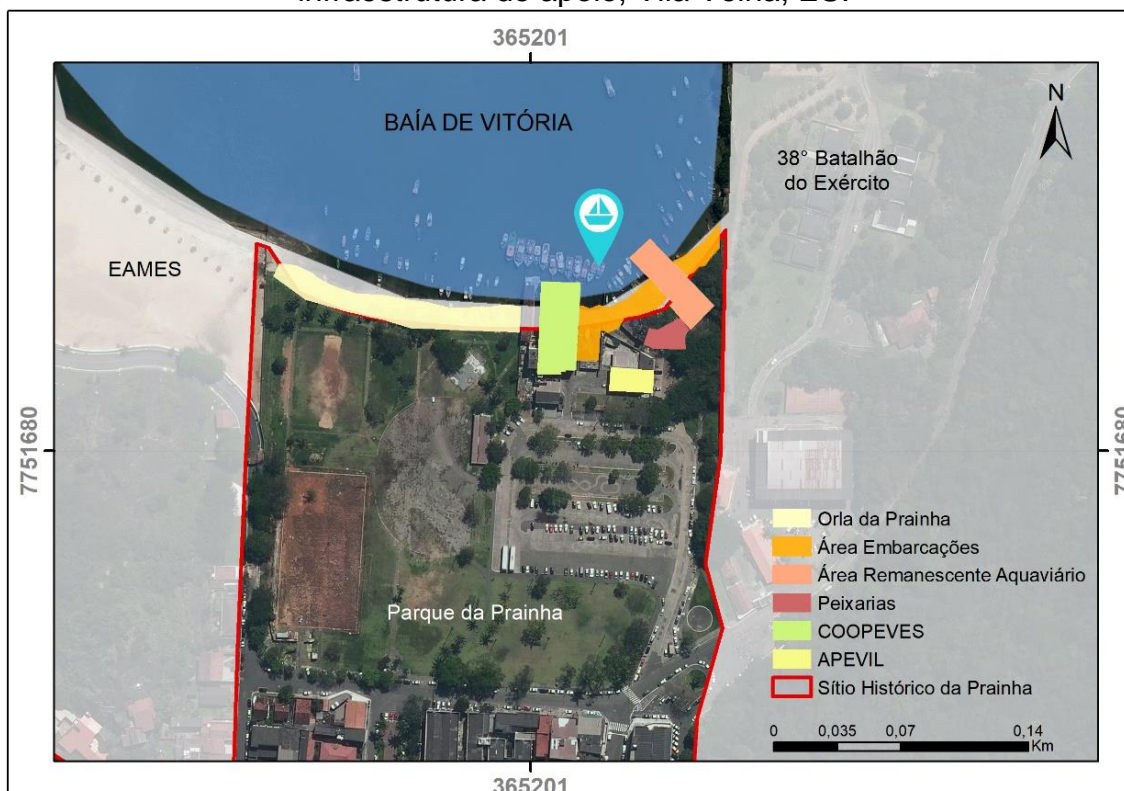
Figura 15. Colônia de pescadores na praia de Inhoá, antes dos aterros.



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Vila Velha (PMVV) *apud* REDES DE CIDADANIA, 2021.

A comunidade de pescadores da Prainha está localizada na porção limite entre continente e mar no bairro Centro de Vila Velha. Mais especificamente, se consolida à margem direita do rio Santa Maria, onde os barcos são atracados próximo da área do 38º Batalhão do Exército Brasileiro no ES e do Morro da Ucharia. Área privilegiada e estratégica, esta também dá acesso ao porto e à baía de Vitória através do mar. Ainda, a leste da comunidade situa-se o morro do convento, a oeste a Escola de Aprendizes Marinheiros do Espírito Santo – EAMES (Mapa 3).

Mapa 3. Mapa da área de ocupação da Comunidade de Pesca da Prainha e sua infraestrutura de apoio, Vila Velha, ES.



Fonte: Elaborado pela autora através do software ArcGis, 2022.

Pelo mar, o acesso à comunidade da Prainha se dá através do rio Santa Maria, por onde os barcos acessam o porto (Figura 16). Através da porção continental, as principais ruas de acesso são a Rua Antônio Ataíde e a Avenida Luciano das Neves, que, paralelas, conectam a Prainha no sentido Norte-Sul ao bairro Centro e ao restante da cidade. As comunidades de pesca mais próximas se encontram na Praia de Itapuã, localizada à 8 km ao sul de Vila Velha e a comunidade da Praia do Suá, em Vitória, localizada à 7 km de distância pela via rodoviária (REDES DE CIDADANIA, 2021).

Figura 16. Vista da Baía de Vitória a partir da localidade da comunidade de pesca da Prainha, Vila Velha, ES.



Fonte: Acervo da Autora, 2019.

Atualmente, a comunidade conta com cerca 300 pescadores cadastrados na colônia Z-2, contudo, apesar da grande quantidade de pescadores, vale destacar que poucos destes moram na localidade. Boa parte vem de bairros vizinhos, como os da Glória e Centro, e outros mais distantes com os de Aribiri, Barra do Jucu e Ponta da Fruta. Estes utilizam diversos modais para locomoção, dentre eles bicicleta, ônibus, carro, a até mesmo a pé (REDES DE CIDADANIA, 2021).

Em relação à infraestrutura que possuem, anexo à sede da colônia de pesca na Prainha estão localizadas a APEVIL – Associação de Pescadores de Vila Velha, onde se organizam socialmente, e a COOPEVES – Cooperativa de Pesca de Vila Velha (Figura 17), local onde beneficiam o pescado para a venda posterior. Por meio do Plano de Compensação da Atividade Pesqueira – PCAP Sísmica 4D –, no ano de 2018, a comunidade recebeu os seguintes equipamentos para beneficiamento do pescado: máquina geradora de gelo em escamas e uma esteira para seleção do pescado (REDES DE CIDADANIA, 2021).

Figura 17. COOPEVES, Prainha, Vila Velha, ES.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Próximo à COOPEVES e ao local de ancoragem dos barcos, os pescadores atuam ainda confeccionando petrechos utilizados na pesca e vendendo parte de seu pescado. Em relação às vendas, observa-se ainda que os pescadores das embarcações de menor porte costumam comercializar seu pescado em pequenas quantidades em bancas instaladas neste local e nas adjacências próximas ao Parque, enquanto os pescadores das embarcações maiores vendem seu pescado nas peixarias e/ou para empresas de pesca. Nas proximidades do entreposto de pesca, há ainda algumas peixarias (Figura 18) e uma loja de petrechos de pesca.

Figura 18. Mercado de peixes no Parque da Prainha, Vila Velha, ES.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

A pesca ocorre na baía de Vitória e em todas as ilhas costeiras de Vila Velha até a Barra do Jucu e na região de Abrolhos, utilizando embarcações dos tipos bote, bateira, boca aberta e caíques, de pequeno porte que podem variar o comprimento entre 6 e 8m, utilizados para a pesca marítima nas proximidades, além de barcos maiores, com comprimentos de até 14m e infraestrutura para pesca industrial em alto-mar em expedições que podem durar até 20 dias (REDES DE CIDADANIA, 2021).

“Os barcos maiores, com casaria, pescam em águas mais profundas com o auxílio de GPS e Sondas para identificar a localização de cardumes. Essas embarcações normalmente alcançam longas distâncias desde o sul da Bahia até o norte do Rio de Janeiro. Os barcos de menor porte pescam em áreas mais próximas, como Ponta de Fruta e Barra do Jucu, ao sul, ainda no município de Vila Velha, e ao norte até Jacaraípe, no município de Serra” (REDES DE CIDADANIA, 2021).

Com relação aos petrechos, a pesca artesanal é marcada de modo geral pela utilização de uma enorme variedade de itens, adaptados de acordo com os locais de pesca, tipos de correntes, marés e fundos, tipos de peixes ou mariscos a serem pescados, entre outros, sendo a Região Sudeste particularmente marcada pela utilização de redes e espinhéis em diferentes versões (VASCONCELLOS, DIEGUES E SALES, 2007). Os principais petrechos utilizados nas atividades da comunidade da Prainha são o espinhel de fundo, espinhel boieiro, linha de mão, rede de tresmalho, pargueira, rede de espera, balão de arrasto e cerco de praia. Já em relação ao tipo de pescado coletado, as principais espécies capturadas são: cioba, realito, catuá, meca, peroá, badejo, garoupa, cherne, dourado, peixe espada, pargo, caçã, pescadinha e camarão (REDES DE CIDADANIA, 2021).

Com relação à carreira de pesca, observa-se que esta depende de relações familiares e/ou de compadrio. Os pescadores mais jovens criam uma relação de confiança com os mestres de embarcação, geralmente de maior idade, que detém os conhecimentos sobre a atividade pesqueira tradicional. Este, por sua vez, compartilha seus conhecimentos a partir da criação desta relação de confiança a um número restrito de “apadrinhados”. Desta forma, o modo de trabalho se perpetua através de uma relação de economia familiar. Além desta, há a relação de trabalho assalariada, geralmente exercida entre pescadores e donos de embarcações maiores, que utilizam

o sistema de assalariamento por vínculo empregatício. Observa-se que geralmente os donos de embarcações menores trabalham da primeira forma, enquanto os donos de embarcações maiores, da segunda. Por sua vez, grande parte das mulheres presentes na comunidade não participam das expedições de pesca, mas trabalham no beneficiamento e venda do pescado (REDES DE CIDADANIA, 2021).

Constata-se que, ao longo dos anos, esta atividade, inicialmente de pequena escala, tem cedido lugar à pesca profissional especializada e perdido lentamente seu lugar de importância social e econômica. Esta ocorrência se dá por diversos fatores, dentre os quais podem ser citados a falta de auxílio para manutenção dos postos e da infraestrutura de trabalho e a perda da tradição de passagem da atividade entre gerações, que pode ser explicada pela “opção” das novas gerações de buscar outras atividades e novas ocupações com melhores condições. A dificuldade de encontrar e adquirir equipamentos suficientes e a dificuldade em diminuir os custos da execução do trabalho de forma a melhorar a relação entre custos fixos e lucro também representam pontos de conflito para a continuidade da atividade (IEMA, 2010).

Além disso, constata-se também, de modo geral, a dificuldade em consolidar a regularização da profissão e definir as demandas essenciais para melhorias na categoria, devido às constantes divergências entre as lideranças. Vasconcellos, Diegues e Sales (2007) constatarem que a sobrevivência dos pescadores artesanais enquanto categoria profissional requer, principalmente, uma nova forma de reorganização independente que só poderá ser alcançada com a mobilização dos próprios pescadores, visto que as ferramentas e estatutos propostos até o momento não viabilizam efetivamente a representação desta categoria no que diz respeito às suas demandas e necessidades.

Ainda, os conflitos internos entre a atividade pesqueira, que dizem respeito à competitividade destoante entre atividade pesqueira industrial e a artesanal, observa-se que os efeitos da sobrepesca no habitat marinho têm como consequências a redução do número de espécies e do volume de pescado disponíveis (VASCONCELLOS, DIEGUES E SALES, 2007). No caso da Prainha, observa-se o aumento da presença de barcos de grande porte que realizam pesca industrial predatória nas áreas de atuação dos pescadores em alto-mar, caracterizando uma concorrência desleal para os pescadores de embarcações menores. Como

reinvidicação da própria comunidade, destaca-se a necessidade de uma melhor fiscalização sobre as embarcações que realizam este tipo de atividade em detrimento do âmbito artesanal, tendo em vista que atualmente, a fiscalização atua no sentido inverso: estreita a fiscalização dos barcos de menor porte voltados para a pesca artesanal, e dá menos visibilidade às questões das embarcações maiores de pesca industrial e dos barcos de turismo e lazer (REDES DE CIDADANIA, 2021).

Os conflitos de cunho ambiental também fazem parte da rotina da pesca na Prainha. Estes por sua vez estão fortemente associados ao despejo de resíduos no Rio Santa Maria a partir dos canais urbanos de macrodrenagem dos municípios de Vila Velha, Vitória e Cariacica. Tais resíduos são provindos tanto de canais regulares, que despejam resíduos de efluentes dos sistemas de tratamento de esgoto municipais, quanto de instalações irregulares, e resultam na poluição da baía de Vitória. Consequentemente, a poluição resulta na contaminação do habitat marinho e dos peixes, influenciando na qualidade do pescado e na viabilidade do exercício da atividade pesqueira. Ainda, observa-se a presença exacerbada de lixo despejado também irregularmente nos canais e nas margens do Rio (REDES DE CIDADANIA, 2021).

Além do cenário citado, a comunidade de pesca tradicional da Prainha de Vila Velha enfrenta outros processos conflitantes que atendem a um conjunto de interesses de inclinações externas. Segundo Franchini (2016), as consecutivas modificações no cenário urbano da Prainha tiveram implicações diretas na comunidade pesqueira, no que diz respeito não somente à sua atividade econômica, mas também ao seu estilo de vida e tradições. A realocação da comunidade entre os espaços da Prainha forçada pelas transformações urbanas ilustra parte dessa dinâmica de precarização das atividades deste grupo. A última realocação, ocorrida em 1950 devido ao segundo aterro da área (que precedeu ainda o último aterro de maior porte na década de 1970), afastou a comunidade da área da orla, sendo esta reconquistada “formalmente” somente cerca de 40 anos depois, com a construção do Parque da Prainha e de uma infraestrutura de apoio para a atividade pesqueira. Os deslocamentos e a atual ocupação da comunidade de pesca podem ser observados, em síntese, a partir do Mapa 4 abaixo:

Mapa 4. Mapa esquemático das áreas de ocupação e deslocamentos da Comunidade de Pesca da Prainha, Vila Velha, ES.



Fonte: Elaborado pela autora através do software ArcGis, 2022.

Atualmente, apesar de estar inserida na Região Metropolitana de Vitória e de sua proximidade com a Baía de Vitória, a comunidade de pesca encontra-se “afastada” das dinâmicas da cidade, desenvolvendo suas atividades sobre estruturas degradadas e insuficientes, muitas quebradas e quase inutilizáveis, que não recebem visibilidade e manutenção adequadas por parte do poder público e instituições.

Observa-se na Figura 19 que o desembarque da maioria das embarcações e pescadores, por exemplo, é desenvolvido atualmente na área remanescente do antigo e desativado aquaviário, estrutura deteriorada pela ação do tempo e pela constante utilização, que já não atende adequadamente a comunidade e suas atividades. Estas estruturas dificultam as dinâmicas da comunidade, à medida que não oferecem o suporte necessário para a atividade pesqueira e oferecem até mesmo riscos para seus usuários, que incluem desde os mais jovens até indivíduos de idade mais avançada. No caso dos pescadores que ainda praticam a pesca artesanal com barcos de menor porte, estes não possuem área de atracação apropriada e precisam desembarcar pela água através da orla mais rasa até alcançar a estrutura mais próxima (Figura 20).

Figura 19. Área de desembarque, Prainha de Vila Velha, ES. Ao fundo, município de Vitória.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

Figura 20. Infraestrutura de apoio à pesca, Prainha de Vila Velha, ES.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

Ainda, é possível observar que algumas das estruturas existentes são improvisadas, feitas pelos próprios membros da comunidade para atender necessidades básicas, sociais e/ou relacionadas ao trabalho em si. A figura abaixo (Figura 21) ilustra uma dessas estruturas, um sanitário público e um lavatório externo improvisados próximo à uma área de desembarque para barcos menores, adjacente à COOPEVES (ao fundo).

Figura 21. Sanitário de apoio à área de pesca, Prainha de Vila Velha, ES



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

De modo geral, constata-se que a pesca na região existe desde os primórdios da colonização e início da urbanização do município, surgindo como uma atividade artesanal de subsistência com comercialização majoritária no mercado interno e entre as adjacências, e ocorrendo paralelamente à outras atividades econômicas. De modo geral, os pescadores e a atividade de pesca artesanal na Prainha, a partir de sua importância histórica, social, econômica e ambiental, fazem parte da memória afetiva e da Paisagem Cultural da Prainha (Figura 22). São elementos, em si, representativos dos vínculos simbólicos e materiais que se constroem a partir do exercício da territorialidade sobre o cenário urbano.

Figura 22. Embarcações ancoradas, Prainha, Vila Velha, ES.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

A partir das análises de observação dos elementos que construíram e constantemente constroem e modificam o panorama urbano do município de Vila Velha e da Prainha, observa-se, em muitos casos, a desconsideração da comunidade pesqueira tradicional inserida neste cenário. O desamparo a esta comunidade implica, em parte, em seu apagamento, indo na contramão do que deveria ser praticado. O conhecimento das realidades e necessidades deste grupo devem ser somados às prioridades ao se pensar novos investimentos e modificações na paisagem urbana da Prainha, a fim de conservar não somente sua vida cotidiana e suas relações sociais e de trabalho, mas também a própria história do município e do estado.

4 PRAINHA DE VILA VELHA: RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA, IDENTIDADE E O DESENVOLVIMENTO URBANO

4.1 O PLANO DIRETOR MUNICIPAL E A CONSTRUÇÃO DA “PRAINHA DE VILA VELHA”: INSTRUMENTOS LEGAIS DE AMPARO AO LOCAL HISTÓRICO E SEUS ASPECTOS SIMBÓLICOS

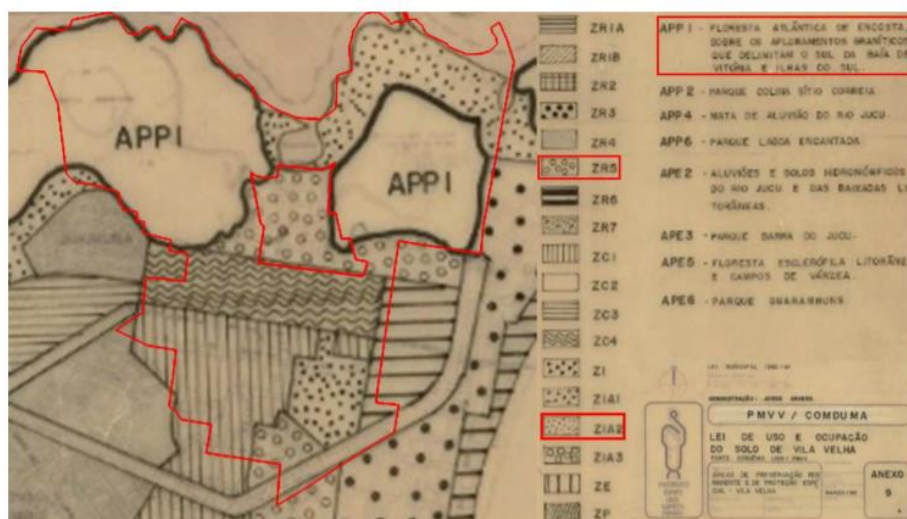
Os Planos Diretores Municipais se caracterizam como instrumentos legais básicos que ordenam as políticas de desenvolvimento e expansão urbana, orientando a ocupação do solo e “assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas” (BRASIL, 2001). Estes, assegurados pela Constituição Federal e aprovados pelas Câmaras Municipais, tornam-se obrigatórios em municípios com mais de vinte mil habitantes e devem ser revisados ao menos a cada 10 anos, garantindo a preservação de interesses coletivos e privados e norteando o desenvolvimento dos municípios em relação a seus aspectos sociais, físicos e econômicos.

Seguindo a metodologia adotada, o resgate e revisão dos Planos Diretores Municipais de Vila Velha se apresentam como ferramentas necessárias para complementar as análises acerca das diretrizes de uso e ocupação do solo adotadas para a área da Prainha. Neste sentido, serão observadas, se existentes, as abordagens referentes à comunidade de pesca artesanal e sua área de consolidação, identificando se esta foi considerada perante as propostas de intervenção na Prainha. Neste tópico, serão analisados os Planos Diretores Municipais revogados dos anos de 1990, 2007 e também o Plano Diretor Municipal vigente, sancionado no ano de 2018. Ainda, serão consideradas outras leis referentes ao planejamento urbano, como a Lei Federal conhecida como “Estatuto da Cidade” (Brasil, 2001) e a Lei Municipal de Criação do Sítio Histórico (Vila Velha, 2015), a fim de compreender se estas influenciaram nas propostas destinadas ao desenvolvimento urbano da Prainha.

a) Planejamento de Desenvolvimento Urbano de Vila Velha: Lei nº 2.621/1990

Apesar da tentativa de realização do zoneamento da área da Prainha no ano de 1975, a partir da Lei nº 1569/1975, que previa os gabaritos máximos a serem respeitados pelas edificações a serem implantadas na área, observa-se que, efetivamente, o primeiro zoneamento surge apenas com o início da vigência do primeiro Plano Diretor Urbano de Vila Velha, datado do ano de 1990 (Lei Nº 2621/1990). Este traz em suas considerações e diretrizes, um mapa de zoneamento urbanístico produzido manualmente (Mapa 5), que precede o crescente desenvolvimento do município de Vila Velha e consequentemente da Prainha. Neste mapa, a região do atual Sítio Histórico, previsto por lei somente em 2015, aparece delimitada como Zona Residencial 5 (ZR5). Já a porção litorânea é delimitada como Zona de Interesse Ambiental 2 (ZIA2) e os morros do seu entorno como Áreas de Proteção Permanente 1 (APP1).

Mapa 5. Mapa de Zoneamento da Prainha de Vila Velha (1990).



Fonte: NASCIMENTO, V. T.; ANDRADE, B. A.; SILVA, J. P., 2019. Adaptado pela autora, 2020. Mapa original: Prefeitura Municipal de Vila Velha, 1990.

O plano em si, apresenta-se como uma legislação preliminar, sem muitas minúcias acerca da forma de ocupação espacial e/ou proteção da área de estudo, restringindo-se majoritariamente à indicação dos tipos de ocupação permitidos e limites de gabarito por zona.

Em relação às comunidades de pesca artesanal de Vila Velha, este menciona superficialmente os limites da área de ocupação da colônia de pescadores no que se entende até então, como uma colônia “única”, como mostra o trecho a seguir:

“Art. 234: A delimitação física da Colônia dos Pescadores, é a seguinte:

Inicia-se no entroncamento da rua Jair Andrade, com a Av. Gil Veloso, segue pela Jair Andrade, até o entroncamento com a rua Goiânia, segue por esta, até o entroncamento com a rua Belém. Segue pela rua Belém, até o entroncamento com a rua São Paulo e por esta até o entroncamento com a Av. Gil Veloso, seguindo por esta até o ponto inicial” (VILA VELHA, 1990).

Sobre a forma de ocupação e uso do solo a partir da colônia de pescadores e suas edificações, a legislação menciona:

“Art. 233: A área conhecida como colônia dos pescadores, cujos limites físicos são delimitados no artigo 234, será considerada como uma área especial permitidos apenas os Modelos de Assentamento MA1¹ e MA2², até a promulgação da legislação urbanística, elaborada com a participação do CONDUNA, e da Colônia dos Pescadores, que lhe definirá, definitivamente” (VILA VELHA, 1990).

Observa-se que até então, não ficam muito claras as definições acerca da colônia de pescadores, sua organização, implicações, direitos e deveres, refletindo uma histórica ausência de reconhecimento desta população nas políticas públicas e no planejamento urbano do município.

b) Plano Diretor Municipal de Vila Velha: Lei nº 4.575/2007

Um marco diferencial para o âmbito do planejamento urbano, que precede a criação do Plano Diretor de 2007, foi a sanção da Lei Federal nº 10.257, conhecida

¹ Art. 113: O Modelo de Assentamento 1 (M.A.1) aplica-se às edificações para habitação multifamiliar, uso comercial ou serviço local, às edificações mistas para habitação unifamiliar e uso comercial, ou de serviço local, ou para edificações de uso institucional.

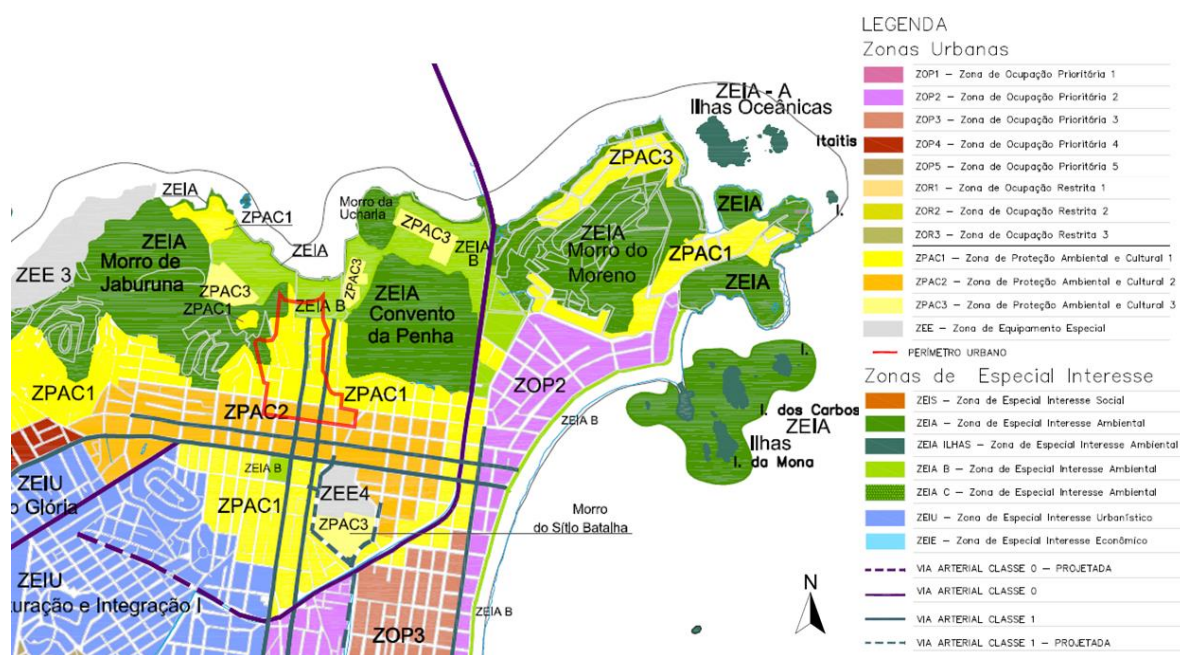
² Art. 114: Os Modelos de Assentamento 2 (M.A.2) aplicam-se para a habitação de uso multifamiliar, comercial ou serviço local e de bairro, institucional, ou às edificações mistas para habitação multifamiliar e uso comercial e/ou serviço local, e de bairro.

como Estatuto da Cidade. A lei sancionada no ano de 2001 traz diretrizes gerais para o desenvolvimento de políticas urbanas, de modo que prevê:

“Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2001, p. 1).

No Plano Diretor Municipal de 2007 (Lei N° 4575/2007), logo a princípio é possível notar que foram alteradas as nomenclaturas das zonas destinadas à organização do território da Prainha. A partir do mapa de zoneamento urbano de 2007 (Mapa 6), observa-se que o atual Sítio Histórico passa a ser delimitado como Zona de Proteção Ambiental e Cultural (ZPAC1); já a porção litorânea, a qual engloba o Parque da Prainha e os morros do seu entorno, são delimitados como Zonas de Especial Interesse Ambiental (ZEIAs), diferenciados entre ZEIA B e ZEIA A, respectivamente.

Mapa 6. Mapa de Zoneamento da Prainha de Vila Velha (2007).



Fonte: Prefeitura Municipal de Vila Velha, 2007. Adaptado pela autora, 2020.

Neste sentido, com a criação da Lei do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), observa-se a tendência pela busca de um novo panorama para definição do zoneamento do município de Vila Velha, à medida que há a criação de zonas de

proteção de interesses específicos que auxiliam na delimitação de diretrizes para ocupação e intervenções no solo urbano. Este novo panorama pode ser exemplificado pela mudança no zoneamento da área que viria, futuramente, a ser o Sítio Histórico. Como citado anteriormente, esta área passa de Zona Residencial 5 (ZR5), no Plano Diretor de 1990, com ocupações previstas preferencialmente para edificações de habitação uni e multifamiliares e gabarito máximo de até dois pavimentos, para Zona de Proteção Ambiental e Cultural (ZPAC1), no Plano Diretor de 2007, onde é mantida a previsão de gabarito máximo com até 2 pavimentos ao mesmo tempo que se observa o início de uma nova preocupação em resguardar os elementos culturais históricos e de valor ambiental da Prainha. Neste sentido, a nova Zona de Proteção Ambiental e Cultural prevê “a proteção do patrimônio ambiental, histórico e cultural, com o objetivo de garantir a preservação e proteção dos bens existentes” (VILA VELHA, 2007).

Correlacionando as alterações que ocorreram no Plano Diretor de 2007, influenciadas pelo desenvolvimento do pensamento urbano nacional e pela criação da Lei do Estatuto da Cidade (2001), observa-se que parte da preservação incentivada mais fortemente após a criação do Sítio Histórico em 2015, já era precedida pela proteção das formas de ocupação e pelo tratamento dados à Prainha, no sentido de resguardar elementos já reconhecidos como parte do patrimônio histórico do município.

No que se refere à comunidade de pesca, parte do Patrimônio Cultural de Vila Velha, o plano diretor cita o Plano de Desenvolvimento Econômico como articulador e definidor para as dinâmicas legais relacionadas à pesca enquanto atividade econômica, o qual é definido a seguir:

“O Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico é o instrumento básico de intervenção e articulação dos setores econômicos no Município, devendo o mesmo estabelecer as ações decorrentes do planejamento econômico para promoção, articulação, integração e execução dos objetivos e diretrizes estabelecidos no artigo 33 desta Lei, para os setores portuário, retroportuário, de logística, de turismo, comercial, agrícola, pesca e de serviços” (VILA VELHA, 2007).

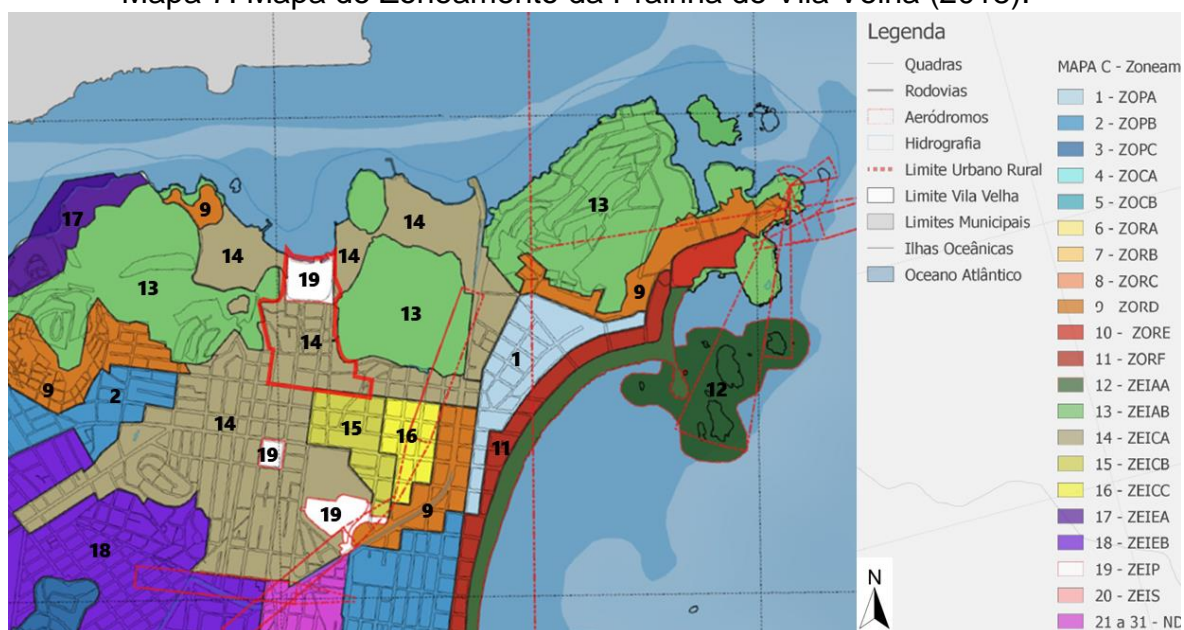
Porém, até o momento da promulgação da lei que colocava em prática o Plano Diretor de 2007, o plano complementar citado ainda não havia sido finalizado, sendo

previsto um prazo de 24 meses, contados a partir do período do início da vigência do novo Plano, para ser elaborado (paralelamente à outros projetos complementares previstos na legislação municipal). Sem mais menções à atividade pesqueira e às comunidades de pesca, nota-se a continuidade da tendência de esquecimento destes grupos perante o planejamento urbano, já observados no Plano Diretor da década de 1990.

c) Plano Diretor Municipal de Vila Velha: Lei nº 65/2018

Atualmente, encontra-se vigente o Plano Diretor Municipal de Vila Velha datado do ano de 2018, desenvolvido como forma de revisão decenal do Plano Diretor Municipal de 2007. No atual mapa de zoneamento urbano, a região do Sítio Histórico da Prainha - neste momento, já prevista legalmente a partir da sanção da Lei Municipal nº 5.657 do ano de 2015 (VILA VELHA, 2015) - passa a ser enquadrada como Zona de Especial Interesse Cultural (ZEIC A). Já a área litorânea em frente à Prainha, representada pela área do Parque, passa a ser delimitada como Zona de Especial Interesse Público (ZEIP), enquanto os morros do seu entorno se caracterizam como Zona de Especial Interesse Ambiental (ZEIA B) (Mapa 7).

Mapa 7. Mapa de Zoneamento da Prainha de Vila Velha (2018).



Fonte: Prefeitura Municipal de Vila Velha, 2018. Adaptado pela autora, 2020.

A partir deste zoneamento, observa-se novamente a transição das nomenclaturas de zoneamento para diferentes termos, porém, assim como a ZPAC 1, prevista no plano diretor de 2007, a ZEIC A prevê a ocupação controlada, a partir da definição dos índices urbanísticos específicos, a fim de conservar os elementos históricos culturais do local. Por um lado, apesar de manter a proteção existente, por outro, pode-se concluir que pouco se alterou com a nova nomenclatura, de modo que, mesmo após a criação do Sítio Histórico e do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, ambos em 2015, fatos que precederam a sanção do Plano Diretor de 2018, não houve reformulação significativa da legislação municipal para reforço das diretrizes que guardam a preservação do Sítio Histórico, já bastante descaracterizado.

Em relação à alteração nas nomenclaturas referentes à área do Parque da Prainha e dos morros de seu entorno, as áreas agora consideradas como ZEIP e ZEIA B, preveem, respectivamente, a proteção do espaço público e das áreas de interesse ambiental. Nota-se, a inversão das nomenclaturas onde, antes os espaços que eram nomeados como ZEIA B, incluindo áreas de praças e parques, por exemplo, passam a se chamar ZEIP. Enquanto isso, antigas áreas de ZEIA A, consideradas “áreas de preservação permanente, ilhas e unidades de conservação instituídas pelo Município, situadas na área urbana” (VILA VELHA, 2007), passam a ser consideradas como ZEIA B, previstas como “parcelas do território municipal, de domínio público ou privado, com características ambientais e paisagísticas” (VILA VELHA, 2018). Neste sentido, para tais locais, observa-se uma tendência da legislação de rebaixar, comparado ao plano anterior, o nível de proteção no que diz respeito principalmente à forma de ocupação das áreas de interesse ambiental. Esta tendência pode ser exemplificada em casos como o do Morro do Convento da Penha que, mesmo apesar de sua importância ambiental para a preservação de parte dos poucos resquícios urbanos da Mata Atlântica, deixa de ser considerado como ZEIA A - Área de Preservação Permanente ou Unidade de Conservação, estas protegidas por legislação federal, e passa a ser considerado apenas uma área com características ambientais e paisagísticas, sem indicações legais de proteção formal.

Sobre as comunidades pesqueiras e a atividade de pesca no município, o Plano de 2018, assim como o Plano de 2007, delega as demais definições sobre a atividade pesqueira ao Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, a partir do artigo que se lê a seguir:

“Art. 43: O Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável é o instrumento básico de intervenção e articulação dos setores econômicos no Município, devendo o mesmo estabelecer as ações decorrentes do planejamento econômico para promoção, articulação, integração e execução dos objetivos e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para os setores portuário, retro portuário, de logística, de turismo, *industrial*, comercial, agrícola, pesca e de serviços” (VILA VELHA, 2018).

Em correlação ao Plano Diretor de 2007, nota-se que agora o plano complementar inclui a palavra “sustentável” em seu título, o que pode talvez indicar uma preocupação com as novas tendências de planejamento urbano pautadas no desenvolvimento sustentável das cidades; bem como acrescenta a atividade industrial em suas atribuições, na busca de ampliar suas definições sobre os setores econômicos.

Neste sentido, o Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável, desenvolvido no ano de 2010 pela ASEVILA em parceria com o poder municipal e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, traz no escopo do documento pesquisas e dados sobre a atividade pesqueira no que diz respeito ao número de unidades e trabalhadores envolvidos, apresentando um panorama geral da atividade econômica dentro do município. Além disso, para a região da Prainha, apresenta a intenção de investimentos e intervenções no sentido de revitalizar a área, especialmente no que diz respeito à valorização da sua vocação histórica e sua forte relação com o mar.

Sobre a sua preocupação e consideração da comunidade pesqueira ali consolidada, no arcabouço do projeto é citado no item de “pré-aprovação político social” a necessidade de construir uma alternativa que permita a revitalização da área considerando as demandas da comunidade de pesca, como indica o trecho a seguir:

“- **Pré-aprovação político-social:** é do interesse do município e cidadãos ter maior oferta de empregos e de maior arrecadação com impostos. No entanto, a região é palco de interesses diversos:

1. Colônia de pescadores, que emprega cerca de 500 integrantes e utiliza 70 barcos. *Alternativas deverão ser estudadas*” (ASEVILA, 2010).

Porém, em contrapartida, logo abaixo no documento é indicado um “Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo do Espírito Santo 2025”, que prevê a diversificação turística da área da Prainha, a preservação do seu patrimônio, no sentido de valorizar a história do Estado e a inserção nas rotas dos cruzeiros marítimos, além da criação de um programa com foco no segmento náutico. Os interesses, que já apontam a partir daí uma tendência de ser conflitantes, são reforçados a partir da síntese do projeto, descrita abaixo:

“Síntese: o Pier Vila Velha (nome sugerido ao projeto) ou o Centro de Lazer, Cultura e Entretenimento da Prainha incluirá marina para lanchas e iates de passeio, terminal receptivo de turismo (cruzeiros), hortomercado municipal, Open Mall, restaurantes, praça pública e estacionamento. Possivelmente poderá possuir também uma estação de passageiros para o sistema de transporte aquaviário metropolitano. O projeto arquitetônico será harmônico com o lugar e com o patrimônio histórico. Os restaurantes terão vista panorâmica para a Baía de Vitória” (ASEVILA, 2010).

Além de não citar a comunidade de pesca, maior grupo de interesse nas relações da Prainha com o mar e maior afetado pelas alterações de tais dinâmicas, o plano reforça dentro dos seus conceitos a intenção de “focar no turista qualificado (maior potencial de compra = viabilidade)” (ASEVILA, 2010), corroborando não só o conflito de interesses, mas também o citado esquecimento histórico da comunidade pesqueira tradicional no plano de ações dos projetos e a tendência de espetacularização e mercantilização do território, seguindo uma lógica de “compra e venda” das cidades como uma mercadoria de luxo.

Retomando o princípio do zoneamento da área, a partir do quadro síntese abaixo (Quadro 3), é possível visualizar melhor as transições ocorridas na delimitação dos usos e ocupações previstos para a área da Prainha. Percebe-se, ao longo dos anos, certo esforço do Poder Público Municipal, de maneira crescente, em contemplar e proteger o patrimônio do Sítio Histórico da Prainha e suas áreas de interesse ambiental e cultural através da legislação urbana municipal. Contudo, na prática, a aplicação da lei para a garantia da conservação dos elementos históricos se apresenta defasada, possibilitando, muitas vezes, a intervenção inadequada ou irresponsável em estruturas de caráter tradicional da área. Além disso, no que diz respeito às áreas

que caracterizam locais públicos ou de interesse ambiental, pouco foi alterado para que se reforçasse o incentivo ao uso adequado do solo e a preservação destes espaços.

Quadro 3. Síntese dos zoneamentos previstos para a área da Prainha de Vila Velha de acordo com os Planos Municipais.

Prainha de Vila Velha	Zona do Sítio Histórico	Área do Parque da Prainha/Orla	Morros e Encostas
PDU 2007	Zona Residencial 5 (ZR5)	Zona de Interesse Ambiental 2 (ZIA2)	Área de Proteção Permanente 1 (APP 1)
PDM 2007	Zona de Proteção Ambiental e Cultural 1 (ZPAC1)	Zona de Especial Interesse Ambiental B (ZEIA B)	Zona de Especial Interesse Ambiental (ZEIA A)
PDM 2018	Zona Especial de Interesse Cultural (ZEIC A)	Zona de Especial Interesse Público (ZEIP)	Zona de Especial Interesse Ambiental B (ZEIA B)

Fonte: Desenvolvido pela autora com base nos Planos Diretores Municipais de Vila Velha, 2020.

Analisando o tratamento dado à área da Prainha pela legislação municipal, o esforço para contemplar os elementos históricos intrínsecos à área, elementos estes que incluem a comunidade de pesca artesanal, ainda se revela insuficiente. A área da Prainha, caracterizada naturalmente por sua relação com o mar, além de se apresentar como uma parcela territorial estratégica, conectada pelas águas com a Baía de Vitória, também representa, por gerações, o local de desenvolvimento da pesca artesanal e da consolidação de parte da comunidade pesqueira capixaba (MELO, 2019). Exemplificando este cenário histórico, em Vila Velha, a atividade pesqueira como atividade econômica tradicional remete aos primórdios da colonização, quando a vila colonial ainda era composta em grande parte por famílias de pescadores que se instalavam nas áreas costeiras do município (FRANCHINI, 2016).

Apesar de seu grande valor histórico, a Prainha seguiu em parte os princípios de desenvolvimento urbano absorvidos pelo município de Vila Velha, passando, ao longo dos séculos, por inúmeras transformações territoriais que descaracterizaram sua paisagem natural e seu território histórico (SANTOS, J., 1999). Seguindo tal lógica, conseqüentemente, a comunidade pesqueira da Prainha, considerada parte da Paisagem Cultural capixaba, representa uma comunidade que, apesar de sua importância histórica e do seu valor simbólico, social e econômico, teve sua realidade

negligenciada e impactada negativamente diversas vezes pelas legislações que nortearam as intervenções realizadas na área em que está consolidada, tendência que se reafirma ao longo dos anos com o surgimento de novos planos e projetos.

4.2 O “TERRITÓRIO DAS REPRESENTAÇÕES” NA LÓGICA DA CIDADE EMPRESARIAL: APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS PROJETUAIS PARA REVITALIZAÇÃO DA PRAINHA DE VILA VELHA

Para além das transformações urbanas consolidadas e observadas atualmente na área da Prainha, este estudo propõe-se a apresentar as propostas projetuais existentes até então para revitalização da área da Prainha. Neste sentido, considera-se a expressão “revitalização” como um processo socioespacial de cunho projetual para restauração da área e seus elementos com o intuito de recuperar a funcionalidade do espaço e restaurar sua importância histórico-cultural. Tais propostas ilustram o âmbito das representações, abordado por Sanchez (2001), e que dialogam com as características identificadas neste estudo sobre a “espetacularização dos territórios” seguindo a lógica das cidades do mercado mundial ou, ainda, das “cidades-modelo”, vendidas como produtos e ideais de consumo a partir da promoção do *city marketing*.

Após sua demolição em 2009, outras propostas foram consideradas para reconstrução e recuperação do Parque da Prainha. A primeira delas, solicitada pelo Governo do Estado, patrocinada pela empresa Chocolates Garoto e desenvolvida pelo escritório Feu Arquitetura, em 2007, antes mesmo da decisão oficial pela demolição do antigo Parque (em 2009), tinha como objetivo reformular toda a área, apresentando elementos que remetessem à nova realidade do município de Vila Velha como uma tentativa de “modernização” do local. Dentre as propostas estava a construção de duas torres de vidro transparente construídas sobre uma grande esplanada elevada, funcionando como “grandes luminárias” e representando respectivamente o Frei Pedro Palácios e Vasco Fernandes Coutinho. Estas edificações contariam com galerias e área para alimentação, além de servir de plano de fundo para a instalação de palcos durante os eventos realizados na área (Figura 23).

Figura 23. Projeto para o Parque da Prainha – Feu Arquitetura. 2007.



Fonte: Feu Arquitetura. Disponível em <<https://www.feuarquitetura.com.br/projects-item/parque-estadual-da-prainha/>>. Acesso em: 19 de junho de 2020.

Com referência a grandes espaços culturais ao redor do mundo, como a Praça do Louvre, em Paris, a Millenium Park, de Chicago, a praça de Rotterdam, na Holanda e a Praça de São Marco, em Veneza, o projeto previa a elevação da praça central até 2 metros acima do nível do plano, criando uma esplanada que abrigaria as torres centrais de vidro e contaria com vista para todo o Parque a para a Baía de Vitória (Figura 24) (GOVERNO DO ESTADO, 2007).

Figura 24. Projeto para o Parque da Prainha – Feu Arquitetura. 2007.



Fonte: Feu Arquitetura. Disponível em <<https://www.feuarquitetura.com.br/projects-item/parque-estadual-da-prainha/>>. Acesso em: 19 de junho de 2020.

Ainda na esplanada, havia a intenção de implantação de um grande espelho d'água com fontes em forma de arco que, por sua vez, produziriam uma névoa de água que, segundos os autores, seriam um atrativo a mais que agradaria especialmente o público infantil. Também foram considerados no projeto três galerias, um espaço para exposições temporárias, área para a terceira idade, quadra de bocha, espaço para esportes e patinação. Além destes, em uma segunda fase do projeto, estavam previstos um memorial, espaço cultural e um café (GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2007). Em relação à comunidade de pesca e suas relações do território com o mar, nada foi realçado na proposta, não havendo nenhuma indicação de infraestrutura que pudesse auxiliar dar apoio ao desenvolvimento da atividade pesqueira consolidada a região.

Previsto para ser entregue em 2008, no ano de comemoração dos 450 anos do Convento de Nossa Senhora da Penha, o projeto desagradou a Associação de Moradores da Prainha e a população de Vila Velha. A pesquisa técnica encomendada pelo Estado concluiu que o projeto se distanciava da realidade e prejudicava o caráter histórico e solene da área, sendo posteriormente rejeitado (A GAZETA, 2007 *apud* ISJN, sem data).

Entre 2009 e 2012, a Associação de Empresários de Vila Velha - ASEVILA, em parceria com a gestão pública municipal, desenvolveu o Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Vila Velha, previsto primeiramente como projeto complementar ao Plano Diretor de 2007, porém somente entrando efetivamente em vigência juntamente com o Plano Diretor de 2018, conforme citado anteriormente neste trabalho. Através do Plano de Desenvolvimento foram propostos dez projetos de restauração, revitalização e melhorias para áreas diversas do município, incluindo em sua agenda planos para os terminais portuários, para as regiões do bairro Centro e Canal Bigossi, Jockey Clube, Rodovia Darly Santos e Vale Encantado, Mata do Exército, Grande Terra Vermelha, para a faixa litorânea sul do Estado, para o desenvolvimento industrial na BR 101 e para a criação de um aeroporto para o município de Vila Velha. Dentre estes planos, estava também o intuito de desenvolver uma proposta de revitalização do “Centro Turístico da Prainha”, para o qual foi apresentado o projeto “Uma Vila Moderna” (Figura 25), de autoria do arquiteto Sandro Pretti. Tal projeto tinha como objetivos a modernização da área e a valorização do potencial portuário voltado para o turismo, com a criação de uma infraestrutura para

receber cruzeiros (ASEVILA, 2010).

Figura 25. Projeto “Uma Vila Moderna”, autoria de Sandro Pretti. 2009-2012.



Fonte: FRANCHINI, 2016. Foto original: Associação de Empresários de Vila Velha.

Neste projeto, observa-se a previsão de instalação de infraestruturas monumentais e a interferência na organização socioespacial já prevista para o local, com a instalação, por exemplo, de um deck de grande porte e liberação de parte da Baía de Vitória para o tráfego de cruzeiros. Tais propostas entram na contramão da preservação da atividade pesqueira local e influenciando não somente na ocupação do espaço físico, mas interferindo na própria prática da pesca, ao modificar grande parte da área atualmente ocupada pelos pescadores, como também na disponibilidade do pescado, ao interferir ambientalmente na área e, conseqüentemente, no fluxo da fauna marinha (Figura 26). Este fato corrobora o que vem sendo identificado a partir desta pesquisa, onde evidencia-se uma forte tendência de ocupação territorial partindo do princípio capitalista, como forma de criar espaços e cidades-mercadoria que, por conseqüência, contribuem para o apagamento de valores e elementos culturais e simbólicos que não dizem respeito a tais interesses econômicos.

Figura 26. Projeto “Uma Vila Moderna”, autoria de Sandro Pretti. 2009-2012.



Fonte: FRANCHINI, 2016. Foto original: Associação de Empresários de Vila Velha.

Já em 2013, a Associação de Empresários em parceria com o arquiteto Sandro Pretti, voltou a desenvolver outro projeto para o Parque da Prainha (Figura 27). Desta vez o projeto, ainda impulsionado pelo Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável e frente à recepção negativa da última proposta, mostrava-se mais aberto e previa a participação coletiva dos usuários do local e das Associações de Moradores e de Pescadores no processo de planejamento, permitindo maior inclusão de opiniões e demandas coletivas.

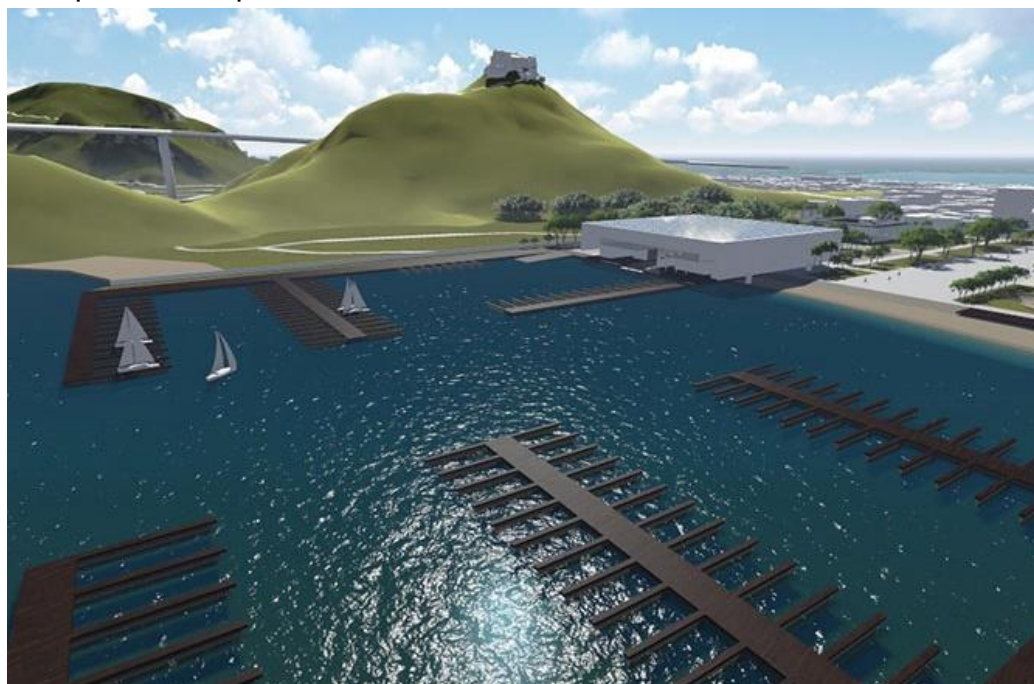
Figura 27. Projeto de Revitalização para o Parque da Prainha, autoria de Sandro Pretti. 2013.



Fonte: Pretti Arquitetura. Disponível em: <<http://www.pretti.com.br/arquitetura/>>. Acesso em 19 de junho de 2020.

As novas propostas de revitalização do Parque incluíam a permanência da construção do píer para cruzeiros, previsto anteriormente no projeto de 2009 de mesma autoria; a construção do “Memorial da Cidade”, que funcionaria como uma nova sede para armazenar todo o acervo da atual Casa da Memória de Vila Velha; infraestrutura de suporte para os participantes da Festa da Penha, com banheiros e área para alimentação; restaurante; horto mercado; além de áreas voltadas para práticas esportivas e de lazer. O projeto conta ainda com a reorganização da área atualmente ocupada pela comunidade pesqueira, passando a abrigar o “Pavilhão do Mar”, estrutura que contemplaria a venda do pescado e as organizações e cooperativas dos pescadores (Figura 28).

Figura 28. Marina e Pavilhão do Mar, ao fundo. Projeto de Revitalização para o Parque da Prainha, autoria de Sandro Pretti. 2013.



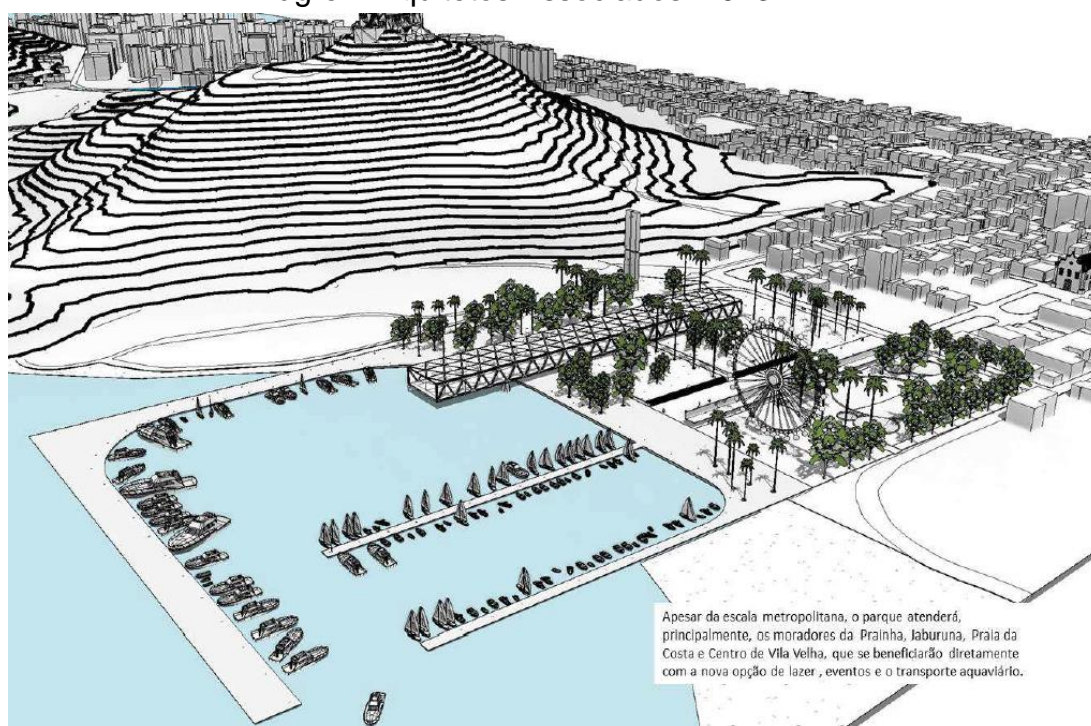
Fonte: Pretti Arquitetura. Disponível em: <<http://www.pretti.com.br/arquitetura/>>. Acesso em 19 de junho de 2020.

Este projeto, apesar de mais singelo que o anterior, não se distancia das lógicas até aqui abordadas ao insistir na valorização do viés turístico a partir da implantação de estruturas de apoio de grande porte que fatalmente acabariam por intervir nas dinâmicas da comunidade pesqueira e nas relações terra-mar, como confirma a permanência da intenção de construção do píer para cruzeiros, por exemplo.

Ainda em 2013, outra proposta foi criada pelo grupo Lindgren Arquitetos

Associados. O projeto propunha a instalação de poucos edifícios e a valorização da área livre pública, contando com um edifício principal, localizado à direita do Parque, anexo à marina e que abrigaria uma garagem de barcos, terminal pesqueiro, espaço para feiras e eventos e estacionamento coberto pela própria laje do edifício, erguido sobre pilotis. Além disso, propunha a implantação de um monumento vertical em homenagem ao descobrimento, na área leste, próximo à subida do Convento, e uma roda gigante à esquerda e ao norte do Parque (Figura 29).

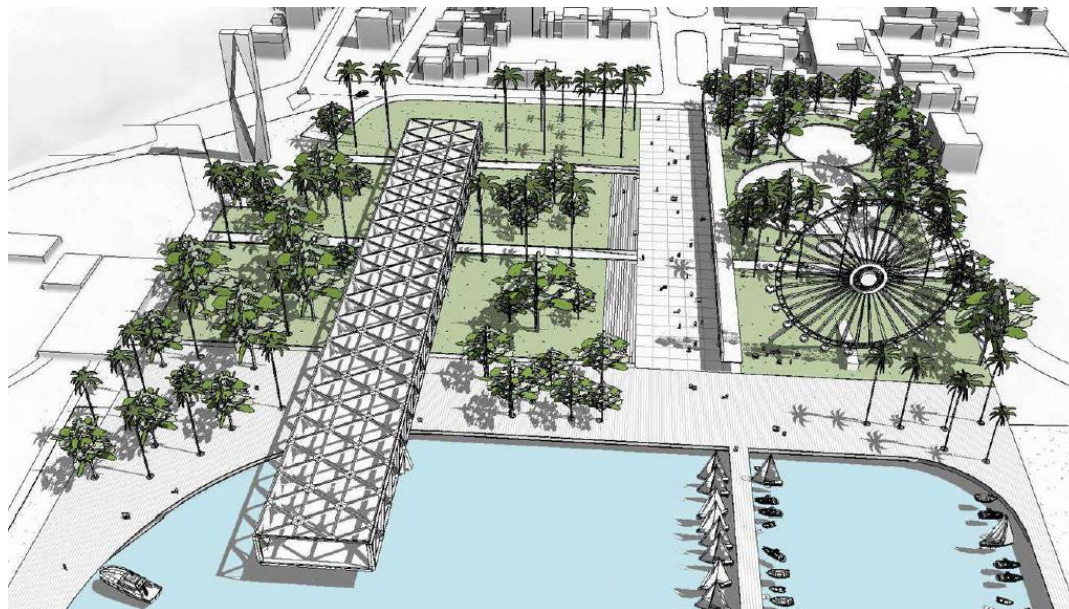
Figura 29. Projeto de Revitalização para o Parque da Prainha, autoria de Lindgren Arquitetos Associados. 2013.



Fonte: Lindgren Arquitetos Associados, 2013.

O número reduzido de edificações e a valorização da manutenção da área livre inerente ao Parque parecem, à primeira vista, atrativos. Porém o que chama atenção ao analisar tais elementos a serem construídos é a escala: o edifício principal transversal apresenta dimensões de 250x30x8m, ocupando quase toda a extensão do Parque e avançando sobre o mar. A roda gigante, por si só, apresenta escala e altura monumentais, prevendo o aproveitamento do visual da baía e do Convento, porém discrepante com o uso do solo e gabaritos característicos do restante Sítio Histórico e assegurados pelo Plano Diretor Municipal (Figura 30).

Figura 30. Em destaque, Edifício Principal e Roda Gigante. Projeto de Revitalização para o Parque da Prainha, autoria de Lindgren Arquitetos Associados. 2013.



Fonte: Lindgren Arquitetos Associados, 2013.

Além destes elementos, observa-se a presença de uma longa marquise que corta o Parque próxima a área da Roda Gigante (Figura 31). Foi proposta como implantação delimitadora entre a área de esportes e lazer e a área cívica e de eventos, servindo também como suporte para a comunicação visual do Parque. Este, por sua vez, aparece basicamente como um elemento escultórico, defasado de funcionalidade prática, o que pode representar um elemento contraditório e abstrato no projeto.

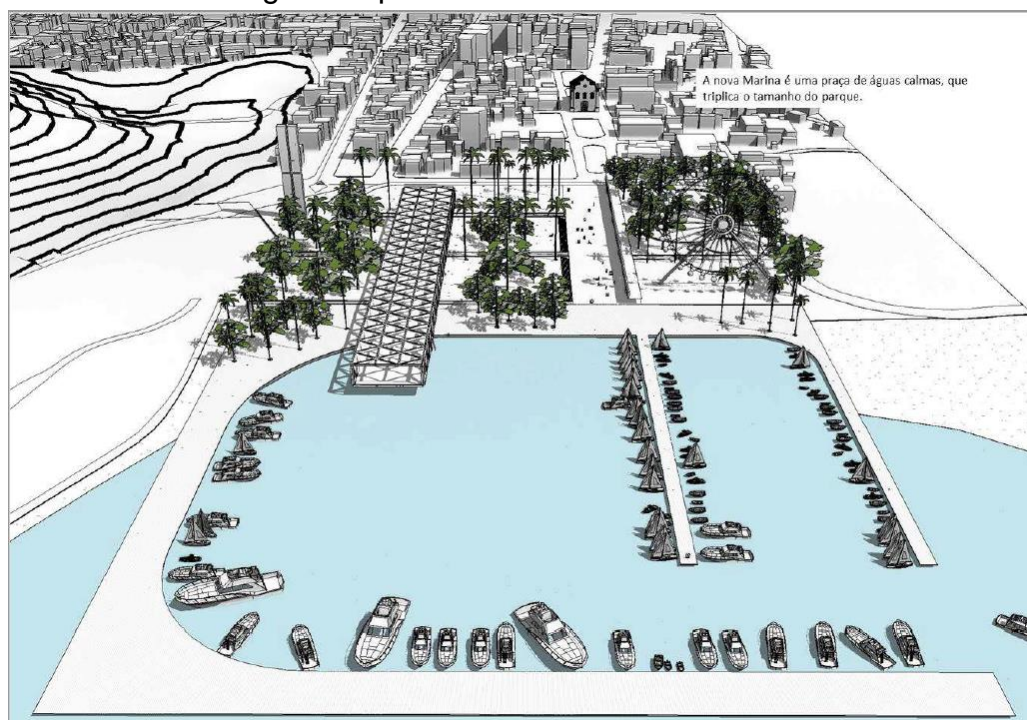
Figura 31. “Marquise”. Projeto de Revitalização para o Parque da Prainha, autoria de Lindgren Arquitetos Associados. 2013.



Fonte: Lindgren Arquitetos Associados, 2013.

Ainda, observa-se na marina (Figura 32) uma estrutura também monumental, que apesar de, tecnicamente sugerir a implantação de uma garagem de barcos e área de terminal pesqueiro, que dariam suporte à comunidade pesqueira ali consolidada, na prática, a partir de sua configuração espacial, indica que provavelmente essa atividade seria pouco viável, pelo “fechamento” físico da Baía, ficando a área majoritariamente inclinada para práticas de lazer e turismo.

Figura 32. Projeto de Revitalização para o Parque da Prainha, autoria de Lindgren Arquitetos Associados. 2013.



Fonte: Lindgren Arquitetos Associados, 2013.

O intuito desta análise não é o de criticar puramente os projetos aqui apresentados e nem seus autores, mas sim, refletir sobre as lógicas de implementação de projetos de revitalização urbana abordadas em capítulos anteriores deste trabalho. Tais projetos apresentam uma inclinação espetacular, produto provindo das cidades do mercado mundial e incentivado fortemente pelos ideais de implantação e venda de “cidades-modelo”, que muitas vezes não condizem com a realidade dos espaços em escala local. Tornam-se então parte de um mercado de consumo propriamente dito e vendem-se a partir da conquista do apoio popular e financeiro através de estratégias como o *city marketing*.

Além disso, dentre as propostas projetuais, apenas os projetos idealizados por Sandro Pretti, em 2009 e 2013, propuseram participação efetiva da Associação de Pescadores durante as etapas de planejamento. Neste sentido, a partir das demandas apresentadas, as propostas previam a melhoria de toda a infraestrutura de suporte para as atividades pesqueiras, incluindo a recuperação da área destinada à manutenção dos barcos, a criação de um local para realização de atendimentos sociais e de saúde para os pescadores e suas famílias, além da expansão da área para tratamento e venda do pescado. Apesar disso, outros elementos se mostraram conflitantes com a infraestrutura de pesca, tanto por sua monumentalidade quanto pelo incentivo à usos discrepantes com o cenário, como o caso da abertura da baía para entrada de cruzeiros, lanchas e outras embarcações de lazer, que influenciariam diretamente na qualidade do habitat marinho e na disponibilidade e quantidade de pescado. Por fim, observa-se que nenhum dos projetos prevê a restauração ou manutenção das infraestruturas já existentes a fim de promover melhorias, permitir a utilização e garantir que as atividades possam ser realizadas de maneira adequada e salubre pelos pescadores, mas sim, preveem a substituição completa das infraestruturas por outras que, como explicitado, destoam da prática da pesca tradicional e do espaço na qual está inserida.

A partir do panorama dos elementos que constantemente modificam o cenário urbano do município de Vila Velha e da Prainha, observa-se nos outros casos, a tendência a desconsideração da comunidade pesqueira tradicional inserida ou consideração parcial de suas necessidades, muitas vezes não sendo viável, a partir das propostas, a preservação de suas atividades. O desamparo a esta comunidade implica, em parte, em seu possível enfraquecimento e apagamento, indo na contramão do que deveria ser realmente proposto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inúmeras relações exercidas sobre os territórios desencadeiam uma complexa rede de conexões: emaranhados de vínculos tecidos entre agentes sociais heterogêneos com interesses diversos. Ao longo da história, estas relações foram se modificando e modificando, também, os interesses e as formas de ação dos agentes fundamentais para essa transformação. Como resultado, atualmente tende-se à criação de territórios internacionalizados, que atendem a uma lógica capitalista de mercado de criação de cidades-mercadoria que, por sua vez, são apresentadas e “vendidas” aos grupos de elite como uma mercadoria de luxo, passível de aplicação de interesses específicos que irão resultar em um retorno lucrativo do uso daquele espaço.

Esta lógica diz respeito, especialmente aos setores empresariais, industriais e tecnológicos, que muitas vezes atrelados e apoiados pelos poderes públicos, conquistam parcelas estratégicas e importantes do território a partir de relações de dominação e poder. Como exemplo destas relações, temos as ocupações das costas litorâneas brasileiras, áreas de intensa valorização e especulação, por agentes do setor imobiliário, industrial e de exploração petrolífera, turístico, entre outros.

A Região Metropolitana de Vitória exemplifica em parte este cenário. Por volta da década de 1970, o cenário urbano desta região passou por inúmeras intervenções exercidas por diversos setores empresariais e industriais (especialmente os voltados para as atividades mineradoras e siderúrgicas), que com o apoio do poder público e incentivadas pela crescente lógica da globalização que se expandia no panorama do planejamento urbano de todo o país, transformaram o território à luz de seus interesses.

Em contrapartida, os setores que não fazem parte destes meios ou que não agregam aos interesses mercadológicos são constantemente marginalizados, deixados à escanteio enquanto são elaborados os planos e projetos urbanos estratégicos e implantadas diversas intervenções territoriais. Neste grupo, incluem-se as chamadas sociedades ou comunidades tradicionais, que historicamente reproduzem uma territorialidade pautada nos aspectos e planos simbólicos das relações e representações, que dizem respeito especialmente às suas construções sociais e culturais, dos costumes e tradições, dos mitos e rituais.

Localizada no espaço onde originalmente ocorreu o desembarque dos colonizadores no estado do Espírito Santo, a Prainha de Vila Velha está situada em uma das áreas urbanizadas reconhecidamente mais antigas do estado e do país, abrigando em seu território marcos de importante valor histórico como a Igreja do Rosário e o Convento de Nossa Senhora da Penha. Além de sua importância histórica, a Prainha é marcada também por sua exuberante Paisagem Cultural, caracterizada por suas paisagens, morros, relação entre terra e mar, e sua comunidade pesqueira tradicional.

Esta comunidade, por sua vez, é caracterizada por sua resiliência, marcada principalmente por sua capacidade de adaptação às constantes mudanças das condicionantes sociais, espaciais, econômicas e ambientais registradas na Região Metropolitana de Vitória, que passou por inúmeras intervenções ao longo da história, como citado anteriormente. Neste sentido, ainda que tenha naturalmente se habituado e se apropriado de elementos contemporâneos e/ou de cunho tecnológico em suas atividades, como é o caso dos sistemas de localização via satélite e barcos de maior autonomia, por exemplo, esta resiste em suas tradições, incorporando majoritariamente elementos que auxiliam no aprimoramento da viabilização de suas atividades sem perder suas relações com seus costumes e identidade. Tal comunidade é constantemente negligenciada perante os processos de planejamento e intervenções para “modernização” dos espaços, visto que representam um ponto conflitante aos interesses de mercado citados anteriormente, que cada vez mais tendem a homogeneizar os territórios e excluir sociedades diversificadas da lógica da globalização.

Reforça-se mais uma vez, que isto não quer dizer que novos projetos de revitalização não possam coexistir com as comunidades tradicionais e suas atividades. Como dito anteriormente, a comunidade da Prainha se caracteriza por sua resiliência, capacidade de adaptação em meio às adversidades e permanência neste espaço, à medida que é uma das mais antigas do estado, porém, suas demandas e necessidades precisam ser inclusas de maneira prática e funcional nas propostas de revitalização para que sua preservação seja garantida.

Apesar de ser uma reivindicação antiga, observa-se que, apesar da existência de diversas propostas, ainda hoje, a falta de novas perspectivas de melhorias nas condições gerais da Prainha de Vila Velha é uma realidade. Ainda que utilizado de

maneira informal para o lazer, realização de práticas esportivas e conter algumas infraestruturas remanescentes do antigo projeto implantado e posteriormente demolido, o Parque da Prainha, área histórica e estratégica de forte relação com o mar e a Baía de Vitória, encontra-se defasado de manutenção adequada e da implantação efetiva de novos elementos de infraestrutura que possam dar suporte e valorizar não somente a área, mas também seus usuários.

Diante deste cenário, a reflexão trazida neste estudo acerca da importância de promover a visibilidade das comunidades tradicionais de pesca artesanal perante os processos de planejamento urbano se faz fundamental para a conservação destas como um todo. No caso da comunidade de pesca da Prainha, indispensável no cenário urbano social, econômico, cultural e histórico de Vila Velha, observa-se a necessidade de inclusão dos indivíduos que a representam nos processos de planejamento, permitindo que sejam discutidas suas necessidades e demandas e sejam realizadas a manutenção e a melhoria dos aspectos e infraestruturas que respaldam as atividades e a vida de seus componentes. Tais ações, indissociavelmente, contribuem para a preservação não só da história do município de Vila Velha, mas também da memória das origens do Estado do Espírito Santo.

REFERÊNCIAS

A GAZETA. **Festa da Penha 2021: Veja fotos da Romaria das Famílias**. Jornal A Gazeta Online. Espírito Santo, 11 de abril de 2021. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/fotos/festa-da-penha-2021-veja-fotos-da-romaria-das-familias-0421>> Acesso em Fevereiro de 2022.

_____. **Vila Velha rejeito projeto de reforma do Parque da Prainha. (2009)** In: IJSN - Biblioteca Online. Espírito Santo, sem data. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/340871>> Acesso em Fevereiro de 2022.

ASEVILA, Associação de Empresários de Vila Velha. **Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Vila Velha**. Vila Velha, ES. 2010.

BRASIL. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. **Estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Palácio do Planalto, Brasília, 2001.

CLAUZET, M.; RAMIRES, M.; BARRELLA, W.A. **Pesca artesanal e conhecimento local de duas populações caiçaras (Enseada do Mar Virado e Barra do Una) no litoral de São Paulo, Brasil**. Linguagem da Ciência: Multiciência, São Paulo, n. 4, vol. 1, p. 1 a 22. 2005.

CORREA, R.L. **Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão**. In: A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. 1ª Ed., São Paulo: Editora Contexto, 2011.

DIEGUES, A. C. S. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. 1ª ed. São Paulo, SP: NUPAUB-USP, 2004.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. Hucitec, São Paulo, 2008.

FERNANDES, B.M. Sobre a tipologia de territórios. (2008) In: Saquet, M.A., Sposito, E.S. (Organizadores). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1a. ed. São Paulo: Expressão Popular. UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

FERREIRA, G.A.C. **A lei no plano e o plano na lei: convergências, divergências e silêncios na constituição do território corporativo capixaba**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

FUINI, Lucas Labigalini. **Território e territórios na leitura geográfica de Milton Santos**. Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities Research Medium, Ituiutaba, v. 6, n. 1, p. 253-271, Jan./Jun. 2015.

FRANCHINI, Filipe Barreto. **A produção do espaço livre público do Parque da Prainha em Vila Velha – Espírito Santo: disputa territorial em projetos urbanos**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Parque Estadual da Prainha ganha novo projeto de uso. (2007) In: Preserve a Prainha. Espírito Santo, 16 de outubro de 2009. Disponível em: <<https://preserveaprainha.wordpress.com/2009/10/16/projeto-embargado-parte-2/>> Acesso em Fevereiro de 2022.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6 ed. 2011.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: Santos, M. *et al.* **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3a. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

HAESBAERT, R., LIMONAD, E. **O território em tempos de globalização**. Revista etc..., espaço, tempo e crítica. N° 2 (4), v. 1, 15 de agosto de 2007.

IEMA. **EIA: Estudo de Impacto Ambiental da Dragagem de Aprofundamento do Porto de Tubarão**. Vitória, CPM RT 366/09, p. 237 a 318. 2010.

IPHAN, DEPAM. **Paisagem Cultural**. Brasília, IPHAN, 2009.

IPHAN. **Verbetes: Revitalização**. Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural. Sem data. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/58/revitalizacao>>. Acesso em 08 de março de 2022.

KNOX, W. **Vivendo do Mar: Tradição, memória e mudança na vida pesqueira de Pitangui/RN**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

KNOX, W.; TRIGUEIRO, A. **Saberes, narrativas e conflitos na pesca artesanal**. Vitória: EDUFES, P. 229, 2015.

MELO, Cláudia Inez Resende. **Permanências, apagamentos e Transformações na Prainha, Vila Velha – ES**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

NASCIMENTO, V. T.; ANDRADE, B. A.; SILVA, J. P. **Modelagem Geoinformacional do Território: Processos para representação do patrimônio ambiental da Prainha no QGIS**. In: XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ENANPUR . **Anais XVIII ENANPUR**. Natal, Brasil, 2019. Disponível em <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais-sts/>>. Acesso em 4 de novembro de 2020.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3 ed. Vitória: Arquivo Público do estado do espírito santo-Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

REDES DE CIDADANIA. Diagnóstico da Comunidade da Prainha. In: **Coleção Redes de Cidadania**, v. 01, Vila Velha: SEGEX UVV. Setembro/2021.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. (1980) In: Série Temas: Geografia e Política. 1a. ed., v. 29. São Paulo: Editora Ática. 1993.

_____. A produção das estruturas territoriais e sua representação. (2005) In: Saquet, M.A., Sposito, E.S. (Organizadores). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1a. ed. São Paulo: Expressão Popular. UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

RIBEIRO, L. M. G., MOREIRA, M. M., MOZINE, T. O. Prainha de Vila Velha: por uma noção de Sítio Histórico. In: II Congresso Internacional de Arquitetura e Cidade e X Coletânea ArqUrb – UVV, Vila Velha. **Anais II ArqCidade 2019**. Vila Velha, Brasil, 2019.

SANCHEZ, F. **A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 16, p. 31-49. Junho 2001.

_____. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. 2ª ed. Santa Catarina: Argos, 2010.

SANTOS, Jair. **Vila Velha, onde começou o Estado do Espírito Santo: fragmentos de uma história**. 1.ed.Vila Velha: Ed. Do Autor, 1999.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____. **O dinheiro e o território**. Revista GEOgraphia. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 7 a 13. 1999.

_____. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**. SP/RJ: Record, 2000.

SANTOS, M. *et al.* **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3a. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SAQUET, M.A. Por uma abordagem territorial. In: Saquet, M.A., Sposito, E.S. (Organizadores). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1a. ed. São Paulo: Expressão Popular. UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

_____. **A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais. São Paulo, v.20, n.3, p.479-505, Set/Dez. 2018.

SEMDU-ES. **Plano Diretor Municipal (PDM)**. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade – SEMDU-ES. Espírito Santo, 25 de junho de 2021. Disponível em <[https://www.vilavelha.es.gov.br/paginas/desenvolvimento-urbano-e-mobilidade-plano-diretor-municipal-pdm#:~:text=O%20Plano%20Diretor%20Municipal%20\(PDM,seus%20aspectos%20econ%C3%B4mico%2C%20f%C3%ADsico%20e](https://www.vilavelha.es.gov.br/paginas/desenvolvimento-urbano-e-mobilidade-plano-diretor-municipal-pdm#:~:text=O%20Plano%20Diretor%20Municipal%20(PDM,seus%20aspectos%20econ%C3%B4mico%2C%20f%C3%ADsico%20e)>. Acesso em 08 de março de 2022.

SETUR-ES. **Festa da Penha acontece no formato híbrido em 2022**. Secretaria de Turismo do Espírito Santo – SETUR-ES. Espírito Santo, 08 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://setur.es.gov.br/Not%C3%ADcia/festa-da-penha-acontece-no-formato-hibrido-em-2022>> Acesso em Fevereiro de 2022.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: Arantes, O., Vainer, C., Maricato, E. **A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VASCONCELLOS, M., DIEGUES, A.C.S., SALES, R.R. **Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira**. In: Costa, A.L. Nas redes da pesca artesanal. Brasília: IBAMA. P. 15-83. 2007.

VILA VELHA. Lei nº 2.621 de 20 de novembro de 1990. **Dispõe sobre o planejamento e desenvolvimento urbano no Município de Vila Velha, institui as normas de uso e ocupação do solo urbano e dá outras providências**. Prefeitura Municipal de Vila Velha-ES. 1990.

_____. Lei nº 4.575 de 26 de novembro de 2007. **Institui o Plano Diretor Municipal (PDM) e dá outras providências**. Prefeitura Municipal de Vila Velha-ES. 2007.

_____. Lei nº 5.657 de 09 de outubro de 2015. **Cria o Sítio Histórico da Prainha de Vila Velha**. Prefeitura Municipal de Vila Velha-ES. 2015.

_____. Lei nº 65 de 09 de novembro de 2018. **Institui a revisão decenal da Lei Municipal nº 4575/2007 que trata do Plano Diretor Municipal no âmbito do Município de Vila Velha e dá outras providências**. Prefeitura Municipal de Vila Velha-ES. 2018.